

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O impacto da capacitação profissional e do  
trabalho sócio educativo para a população em  
situação de rua**

**Elisabete Tomé de Almeida**

**Juliana Carvalho da Cunha**

**Rosemeire Lopes de Almeida**

**São Paulo**

**2008**

**Elisabete Tomé de Almeida**  
**Juliana Carvalho da Cunha**  
**Rosemeire Lopes de Almeida**

**O impacto da capacitação profissional e do  
trabalho sócio educativo para a população em  
situação de rua**

Monografia apresentada para  
obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social do Curso de Serviço  
Social da Universidade de Santo  
Amaro sob a orientação da  
Professora Doutora Selma Amaral.

**São Paulo**

**2008**

# **O impacto da capacitação profissional e do trabalho sócio educativo para a população em situação de rua**

**Elisabete Tomé de Almeida**

**Juliana Carvalho da Cunha**

**Rosemeire Lopes de Almeida**

Monografia apresentada para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, com requisição parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Orientadora Professora Doutora Selma Amaral**

**Universidade de Santo Amaro**

---

**Professora Doutora Giuseppina Rosaria De Grazia**

**Universidade de Santo Amaro**

**Conceito Final: \_\_\_\_\_**

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, por ter dado força e perseverança para fazê-lo, a nossas famílias por ter-nos apoiado em momentos tão importantes como este e aos usuários e a Orientadora pedagógica Renata do Projeto SASECOP, pois sem estas pessoas não seria possível realizar uma pesquisa com tanta riqueza.

## **Agradecimentos**

Por trás de uma conquista existem forças encorajadoras daqueles que incentivam, motivam e inspiram.

Aos que contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Em especial, ao meu Senhor Jesus, criador e sustentador de nossas vidas, o qual sou eternamente grata, que por estes quatro anos supriu minhas necessidades e sem ele não teria chegado aqui.

Ao meu querido esposo César dos Santos, expresso minha gratidão e amor, o qual esteve ao meu lado em todos os momentos difíceis, por sua paciência e compreensão que foram fundamentais para continuidade destes anos.

As minhas companheiras de TCC que estiveram presentes comigo, nos momentos felizes e tristes. Obrigada, somos vencedoras.

A minha família e amigos que embora estivessem ausentes, me incentivaram e acreditaram em mim.

Enfim as pessoas que contribuíram com esta pesquisa, os participantes, entrevistados, a orientadora pedagógica Renata, que nos recebeu muito bem e que fazem parte de nossa história.

Professores e colegas de sala que fazem parte de nossa vida acadêmica e que foram fundamentais para a chegada aqui.

**Elisabete Thomé de Almeida**

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter dado a oportunidade de fazer este curso que completou a minha vida e é a partir dele que se inicia uma nova fase.

A meus pais, minha mãezinha em especial, pois este trabalho é tão seu quanto meu, devo a vida e todas minhas vitórias a você! Pai, obrigada pelas lições, que escola e nem faculdade nenhuma pode ensinar, os livros, enfim, OBRIGADA!

Ao meu marido Leonardo, meu amor, que me “agüentou” em tantos momentos, tristes, de raiva e de alegria, nada pode descrever meu agradecimento e amor, que só cresceu mais e mais cada dia.

A meus queridos irmãos e primas que estiveram comigo esta trajetória. Jéssica, obrigada por me ouvir, me ajudar e corrigir esta monografia, com certeza é sua também.

Agradeço também a todos da família, que comemoram comigo cada dia, minha sogra Maria Rita, meu sogro Luiz, que do céu, me acompanhou, meu cunhado e meus amigos que sempre “me tiraram do sério”, pois ninguém é de ferro, né?

Meus queridos amigos de faculdade, todos vocês foram muito especiais e não me esquecerei de cada momento que estivemos juntos.

A minhas companheiras de TCC, Elisabete e Rosemeire, obrigada por estarem comigo, neste momento tão gratificante, conquistamos este sonho juntas.

A todos os professores, em especial a Selma a que nos acompanhou desde o terceiro ano, Pina que nos ajudou com suas indagações e a Maria Lúcia muito obrigada por nos guiar para a conclusão deste curso.

Enfim, a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para esta etapa tão importante em minha vida.

**Juliana Carvalho da Cunha**

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus primeiramente por estar comigo em todos os momentos, pela família EDUCAFRO, pois sem eles, nesse momento não estaria concluindo este curso que é muito rico e importante para mim.

A minha mãe que sempre me incentivou e a meu pai. Vocês são tudo em minha vida, obrigado por tudo e amo vocês.

A meu querido marido Alex companheiro e amigo que sempre me compreendeu e me apoiou em todas as situações. Obrigada por fazer parte da minha história, te amo.

Aos meus irmãos Roberta e Sidney e meus cunhados Anderson e Adriana, Rafael e Eduardo e meus sobrinhos Letícia, Thayná e Junior. A todos os meus afilhados, peço desculpas pela minha ausência.

Ao meu sogro Antonio e minha sogra Valdete e a todos os meus familiares e amigos pela paciência e incentivo.

Em especial a todos nossos professores e mestres, sem eles não seria possível, principalmente para nossa orientadora Selma Amaral, Maria Lucia Garcia Mira que nos incentivou esse tema e a Pina que sempre nos ajudou com nossas indagações. Aos colegas da Faculdade, obrigada.

Com muito carinho quero agradecer as minhas amigas de TCC, Elisabete e Juliana, vocês sabem que não foi nada fácil, mas vencemos. Obrigado por tudo, valeu!!!

Quero também agradecer a todos os funcionários do projeto SASECOP e todos os colaboradores da pesquisa, pois sem eles não seria concluído esta pesquisa.

**Rosemeire Lopes de Almeida**

## **Resumo**

Este estudo é uma monografia de conclusão de curso que visa entender o processo e a importância da capacitação profissional das pessoas em situação de rua. Questões pertinentes como o processo que os levou a viver nas ruas também foram abordadas, com o intuito de compreender quem são as pessoas, porque chegam a morar na rua, como são considerados, nas relações que mantêm em busca da inserção no trabalho, para construir novas relações, para a própria sobrevivência e como ocorre o processo de saída das ruas. O presente estudo pretende analisar o processo de capacitação do Projeto SASECOP sob a ótica dos usuários, a população em situação de rua que frequentou as oficinas e quais foram os impactos sofridos em suas vidas e se estas oficinas propiciaram ou não o aumento da auto-estima e autonomia. A pesquisa realizada foi qualitativa, sendo a análise dos dados relacionada com o referencial teórico, com os dados obtidos, por meio das entrevistas colhidas e das pesquisas de contagem do número de pessoas em situação de rua realizadas em São Paulo no período de 1991 até 2003 e a Pesquisa Nacional ano de 2007. Com este estudo, esperamos contribuir para a compreensão das questões referentes às pessoas em situação de rua, quanto ao trabalho e à visão que a sociedade tem dela.

## Lista de tabelas

<b>Tabela 1:</b> Distribuição em números comparativos da população em situação de rua do sexo feminino e masculino.....	60
<b>Tabela 2:</b> Distribuição em números comparativos da população em situação de rua .....	60
<b>Tabela 3:</b> Distribuição em números comparativos da população em situação de rua, segundo ocupação profissional.....	63
<b>Tabela 4:</b> Distribuição em números comparativos da população em situação de rua, segundo motivos para ir para as ruas.....	69

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Evolução do setor informal no município de São Paulo (1990/1999).....	34
---	----

## Siglas e abreviaturas utilizadas

URSS - União Soviética

USA - Estados Unidos

PT - Partido dos Trabalhadores

CUT - Central Única dos Trabalhadores

AFL – CIO - Centro de Solidariedade da American Federation of Labor –  
Confederation of Industrial Organizations

MDS - o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAS - Plano Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

SEC/MC - Serviços Especializados Continuados de Média Complexidade

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

OAF – Organização e Auxílio Fraternal

SASECOP - Serviço de Atendimento Sócio Educativo e de Orientação Profissional

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

BPC – Benefício de Prestação Continuada

ABECAL – Associação Beneficente Caminho da Luz

SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

LBA - Legião Brasileira de Assistência

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor

NAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica

IAPAS - Instituto Nacional de Administração da Previdência Social

BNH - Banco Nacional da Habitação

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CAP's – Caixas de Aposentadorias e Pensão

IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
-------------------------	----

### **I CAPÍTULO**

<b>DÉCADA DE 80 E 90 E SUAS REPERCUSSÕES NA ATUALIDADE</b> .....	19
--	----

1.1 ESTADO NEOLIBERAL NO BRASIL.....	19
--------------------------------------	----

1.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO .....	29
---	----

1.3 INFORMALIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO .....	32
---	----

1.4 AUTONOMIA E CONDIÇÕES DE SUBSISTÊNCIA .....	37
---	----

1.5 O PAPEL DO ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	38
---	----

1.6 A PERSPECTIVA DA SEGURIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	46
---	----

1.7 A POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	50
--	----

### **II CAPÍTULO**

<b>A RUA COMO ESPAÇO DE VIVER E SOBREVIVER</b> .....	55
--	----

2.1 HISTÓRICO E CONCEPÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	55
---	----

2.2. A VIDA NAS RUAS, CONDIÇÃO OU IMPOSIÇÃO? .....	64
--	----

2.2.1 A questão do trabalho nas ruas.....	65
---	----

2.2.2 Motivos para viver nas ruas.....	68
--	----

2.2.3 Trabalho, renda e formação para o trabalho .....	71
--	----

2.3 O ALBERGUE LYGIA JARDIM .....	76
2.4 O PROJETO SASECOP .....	78
<b>III CAPÍTULO</b>	
<b>A VIDA NAS RUAS E SUAS ESTRATÉGIAS: ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>81</b>
3.1.1 A VIDA NAS RUAS E SUAS ESTRATÉGIAS: ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO RAZÕES PARA IR PARA AS RUAS .....	82
3.2 AS RAZÕES PARA IR PARA AS RUAS .....	89
3.3 RUPTURA COM OS VINCULOS FAMILIARES.....	90
3.4 A DEPENDENCIA QUIMICA.....	91
3.5 PRECONCEITO SOFRIDO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	93
3.6 HISTÓRICO PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS.....	95
3.7 CAMINHOS PARA CHEGAR AO PROJETO SASECOP.....	97
3.8 A IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DOS CURSOS PARA OS ENTREVISTADOS.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
BIBLIOGRAFIA .....	106
ANEXOS .....	109
ANEXO I	
INSTRUMENTAL DA PESQUISA.....	110
ANEXO II	
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	111
ANEXO III	
FOTOS DO PROJETO SASECOP .....	114

## INTRODUÇÃO

As pessoas em situação de rua vivem uma “situação-limite de pobreza”. Desprovidas de seus direitos de cidadania, têm sido discriminadas pela sociedade. (ROSA, 2004, p. 17). O número desta população aumentou durante a década de 90 no Brasil.

Em 1991 havia 3.852<sup>1</sup> pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Em 2003, doze anos após a primeira pesquisa apresentada, esse número passou para 10.399. Em 2007 o MDS<sup>2</sup> realizou uma pesquisa nacional, que revelou que moravam nas ruas de 71 cidades brasileiras 31.922 pessoas vivendo em calçadas, praças, entre outros, o que corresponde um contingente equivalente a 0,061% da população das cidades pesquisadas.

É importante ressaltar que este número vem crescendo no sentido em que a vulnerabilidade social aumenta devido ao desemprego, aumento da desigualdade social no país, o desenvolvimento de dependências químicas e a fragilização e ou ruptura dos vínculos familiares. (ROSA, 2005)

Para a população em situação de rua todas estas questões aparecem com muita ênfase em seu cotidiano. Existe hoje um novo tipo de morador de rua, formado por trabalhadores que devido ao desemprego, à dependência química e a ruptura dos vínculos familiares acabaram utilizando a rua como espaço de moradia.

O atual modelo econômico neo-liberal é perverso quando o assunto é exclusão social. A pessoa que está excluída socialmente, inclusive aquela que acaba indo morar nas ruas, é vista como culpada pelo seu desemprego.

---

<sup>1</sup> Dados extraídos da pesquisa de contagem de população em situação de rua realizada pela Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 1991.

<sup>2</sup> Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Pior: para ele, esse mesmo modelo econômico impede a inclusão social, principalmente pelo mercado de trabalho formal.

A aprovação da lei municipal 12.316/97, que cria a Política de Atenção à População em situação de Rua, pouco avançou pela garantia de direitos sociais e de cidadania. No início deste processo, a lei não era cumprida porque se aguardava sua regulamentação, publicada em janeiro de 2001, pelo decreto 40.232. Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade de poder público municipal em prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo. É seu dever ofertar e manter os serviços e programas de atenção a ela, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de cidadania a esse segmento social, de acordo com a Constituição Federal a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a lei Federal nº 8.742 (LOAS), de 7 de dezembro de 1993.

Para cumprimento destes “mínimos sociais”, a lei exige a instalação e a manutenção, com padrões de qualidade, de uma rede municipal de serviços e de programas de caráter público direcionado a toda a população em situação de rua (homens, mulheres e crianças, acompanhadas da família), que incluam desde ações emergenciais a atenção de caráter promocional em regime permanente e de caráter intersetorial, autorizando contratos e convênios com associações civis de assistência social.

Quem vive na condição de situação de rua passou pelo rompimento dos vínculos familiares e afetivos, pelo desemprego, pela migração na busca pela sobrevivência, em uma seqüência de perdas que acabam impedindo e dificultando sua reintegração a sociedade. A vida na rua leva ao esquecimento da identidade, ao anonimato, à solidão e à vulnerabilidade. (ROSA, 2005)

Quanto à dependência química, acaba por se agravar, pois em sua maioria, esta população não tem atendimento adequado quanto ao tratamento especializado. (BORIN, 2003).

O cotidiano das pessoas que vivem nas ruas é basicamente igual. Eles estabelecem relações com outras pessoas e com as instituições que lhe ofereceram meios de subsistência. Eles possuem e ao mesmo tempo não possuem acesso a cidade em geral: podem transitar livremente pela cidade, porém não podem freqüentar os estabelecimentos e são poucos os locais em que podem ser acolhidos. “Vivem a experiência de ter que ser sem nada ter” (MAUTNER apud BORIN, 1995).

O interesse pelo tema surgiu a partir do contato com esta população após o início do estágio curricular de uma das pesquisadoras no período do 5º semestre do curso de Serviço Social em um Albergue na zona Sul de São Paulo. A convivência com os usuários despertou o interesse no grupo de entender os motivos pelos quais esta população passa a viver nas ruas, além de conhecer também suas estratégias de sobrevivência.

Sendo um tema muito instigante e complexo, buscamos entender também como esta população foi se formando, a dura realidade em que vivem e sua inserção no mercado de trabalho, seja formal ou informal. Outro ponto importante é como a política social os atende e como eles a compreendem. O grupo escolheu realizar a pesquisa Projeto SASECOP, cuja intervenção visa oferecer formação técnica qualificada, preparando e capacitando pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade social e para que efetivamente tenham oportunidades mais dignas de reintegração na sociedade e também de adquirir formação.

A pesquisa foi aplicada em pessoas em situação de rua que foram atendidas e que concluíram os cursos ministrados pelo Projeto SASECOP.

Compõe a amostra cinco pessoas que freqüentaram as oficinas de profissionalização a profissional que esteve diretamente ligada a estas pessoas no processo de capacitação. Os critérios da seleção da amostragem foram escolhidos com base na idade, pois muitas destas

peças que tem condições e critérios para serem incluídas no BPC<sup>3</sup> ainda estão economicamente ativas, foi essencial também o conhecimento da história profissional dos entrevistados tanto quanto sua escolaridade. Esta pesquisa se configura como qualitativa e a técnica utilizada foi o estudo de caso com cinco entrevistas semi-estruturadas. A razão pela qual escolhemos tal instrumento de pesquisa, se refere aos seguintes aspectos:

O contato direto com os usuários do projeto SASECOP; adequar às perguntas conforme a compreensão do entrevistado; oportunidade para observar os sentimentos, reações dos entrevistados e os silêncios, pois este também é um tipo de linguagem e tem significado; obter dados mais relevantes e significativos; permitir dados que nos possibilite compreender o perfil dos entrevistados e conhecer suas características nos aproximando de sua realidade. Esta aproximação nos demonstrou a importância do contato direto com os sujeitos da pesquisa, pois o contato com a teoria, com os livros não explicitam a riqueza do real.

Nosso estudo pretende contribuir para a reflexão da condição vivida pelas pessoas em situação de rua nas esferas social e do trabalho, a partir do momento em que elas passam pelo processo de capacitação profissional. Por meio destas reflexões, buscamos entender como o processo de capacitação interfere na vida dessas pessoas, se promove autonomia financeira e se tem algum impacto na auto-estima deste público.

Assim, este trabalho está estruturado em três capítulos. No Capítulo I apresentamos uma reflexão teórica sobre as relações sociais; o neoliberalismo no Brasil, as transformações no mundo do trabalho, sua informatização e informalização, as condições de subsistência destas pessoas, as políticas sociais e a política específica de atendimento à população em situação de rua

---

<sup>3</sup> Benefício de Prestação Continuada.

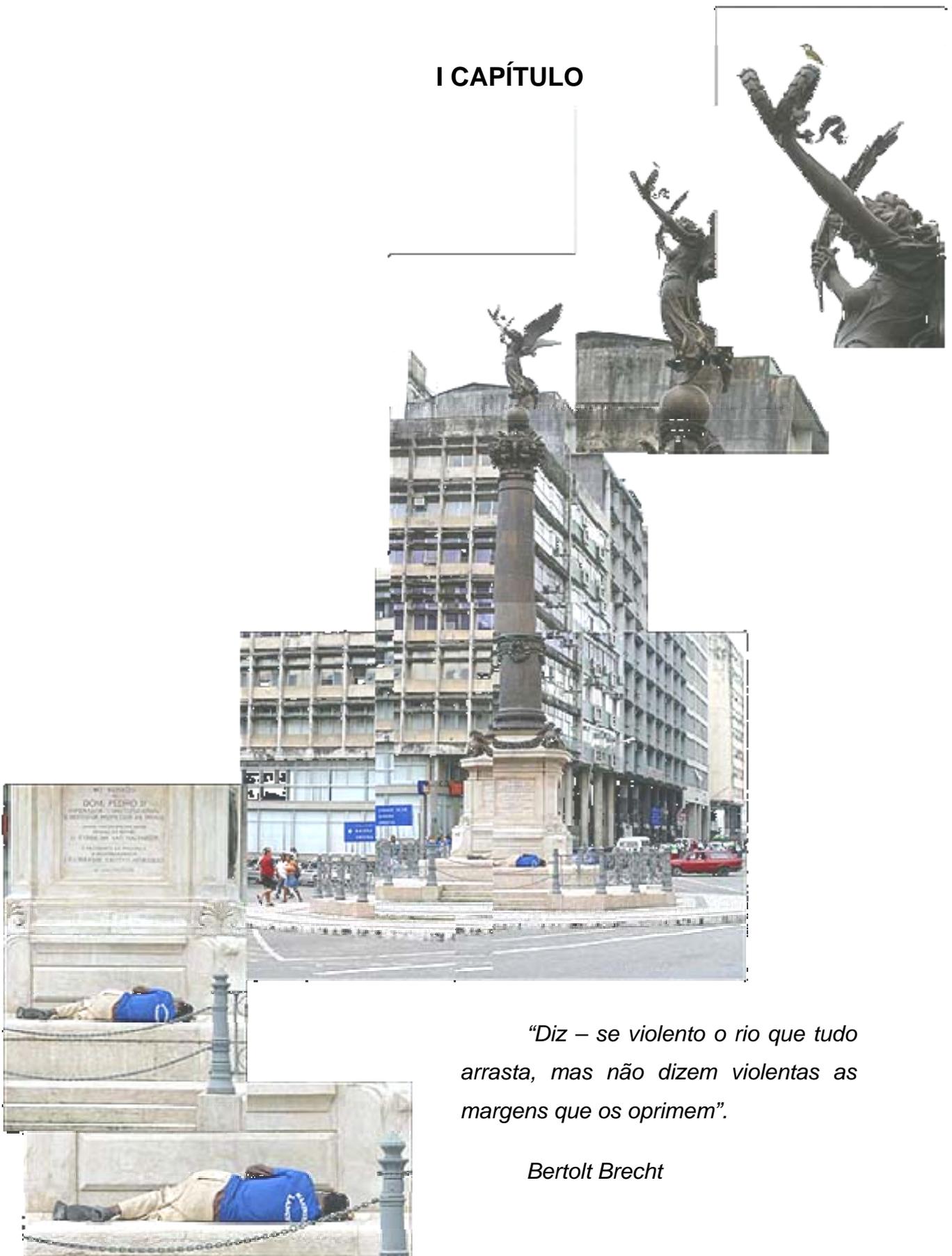
No Capítulo II aprofundamos o estudo sobre a população em situação de rua, os motivos que os fazem a viver nesta condição e a questão da formação para o trabalho. Também apresentamos o campo de pesquisa escolhido, projeto SASECOP, e o albergue noturno Lygia Jardim.

No Capítulo III apresentaremos a pesquisa e a análise de dados, onde é contada as trajetórias dos entrevistados. A partir destes relatos determinamos os eixos de análise que foram focados nos motivos que os levaram a viver nas ruas, histórico profissional e o impacto que a capacitação profissional teve em suas vidas, após a conclusão do curso no referido projeto.

Encerramos com as considerações finais, onde procuramos analisar este impacto com base no referencial teórico.

Acreditamos que nosso estudo possa contribuir para a reflexão da condição vivida pelas pessoas em situação de rua nas esferas social e do trabalho, a partir do momento em que elas passam a ser sinônimos de ausências, carências e preconceitos.

## I CAPÍTULO



*“Diz – se violento o rio que tudo  
arrasta, mas não dizem violentas as  
margens que os oprimem”.*

*Bertolt Brecht*

## I Capítulo

### AS DÉCADAS DE 80 E 90 E SUAS REPERCUSSÕES NA ATUALIDADE

Neste capítulo resgatamos os aspectos políticos, econômicos e sociais das décadas de 80 e 90 e as suas conseqüências na atualidade. Portanto, apresentamos o mundo do trabalho, analisando o trabalho, o desemprego e o desenvolvimento da adoção do neoliberalismo no Brasil, na medida em que o modelo de Estado Máximo econômico e mínimo no âmbito social atinge a população brasileira e principalmente a em situação de rua.

Para estudar a população em situação de rua é necessário olhar para as décadas de 80 e 90, a fim de analisar suas conseqüências na atualidade, pois estes períodos se caracterizam por mudanças, rupturas e conquistas que marcam transformações sociais muito importantes para a sociedade brasileira.

#### 1.1 O Estado Neoliberal no Brasil

Ao andar nas grandes cidades, notamos que a presença das pessoas que vive em situação de rua<sup>4</sup> é cada vez mais expressiva. Nas grandes e

---

<sup>4</sup> GIORGETTI (2006) adota em seu livro o termo *morador de rua*, apesar de reconhecer que o termo “deixa a desejar”. (GIORGETTI, 2006, p. 20). Tal denominação, contudo, parece naturalizar a condição de morar na rua, como se a rua fosse uma alternativa válida para se viver. Por fim, o termo *peessoas em situação de rua* é o mais utilizado atualmente. A autora supracitada diz que este termo foi criado pelo Serviço Social de São Paulo, visando ressaltar as trajetórias desses sujeitos e também atenuar as representações sociais pejorativas em relação às pessoas que vivem esta situação.

médias cidades brasileiras esta não é uma questão isolada, e com pouca complexidade e importância; está intrinsecamente ligada à maneira como a sociedade brasileira se organiza do ponto de vista econômico, social e político. Uma sociedade que está sob a égide do neoliberalismo. (ROSA, 2004).

Vivemos os primeiros anos do século XXI, que no final da década de 80 com a globalização traz embutido o surgimento de crises financeiras e a aceleração do crescimento mundial, o que implica em uma nova ordem internacional. O final da década de noventa foi marcado por movimentos mundiais importantes à democratização de povos oprimidos pela repressão e pelo medo, também por mudanças econômicas, pela Revolução da tecnologia, transformação de tradições e do cotidiano.

(...) o século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sem um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle. O motivo dessa impotência estava apenas na verdadeira profundidade e complexidade a crise mundial, mas também no aparente fracasso de todos os programas, velhos e novos, para controlar e melhorar os problemas da raça humana. (HOBBSAWN, 1995, p. 541)

Conforme IAMAMOTO (2007), o desenvolvimento capitalista e as transformações sociais que ocorrem sob a égide da globalização<sup>5</sup> e do neoliberalismo têm deixado muitas pessoas excluídas do mercado de trabalho, ampliando a desigualdade social.

---

<sup>5</sup> A globalização é termo utilizado para definir o processo de transformações econômicas e políticas que vêm acontecendo desde a década de 50. A principal característica é a integração dos mercados mundiais com a exploração de grandes empresas multinacionais. Se junta a isso a grande revolução tecnológica com o uso cada vez maior de telefones, computadores e televisão e a uniformidade das informações com o surgimento e explosão da Internet e dos canais de televisão via cabo e satélite. Com isso os países passam a interagir não só na economia e na política, como também na cultura. (WANDERLEY, 2004). Segundo SANTOS (2007) a aplicação dos princípios da globalização é um fator de situações diversas e cria uma desordem no sentido em que ela beneficia determinadas classes sociais enquanto a maioria da sociedade, empresas pequenas acabam sofrendo transtornos e pela concorrência desigual dos mercados.

É no contexto da globalização mundial a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico – científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 18)

A ideologia econômica adotada pela maioria dos países ocidentais é o Neoliberalismo<sup>6</sup>. O Neoliberalismo define-se por defender os princípios do capitalismo, despolitizando a economia e reduzindo a intervenção do estado nela, e na vida social trazendo a ideologia de Estado Mínimo. (FIORI, 2001).

Para ANDERSON (1996) o neoliberalismo é uma doutrina cuja ideologia possui abrangência mundial e busca manter toda a sociedade sob seus parâmetros.

É um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Este é um movimento ainda inacabado. [...] Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. (ANDERSON, 1996, p. 56).

A implantação do neoliberalismo, na maioria dos países, coincidiu com um período histórico de crise do capitalismo. A primeira oportunidade para colocar em prática as idéias neoliberais surgiu na década de 70 e 80. A vitória de Margareth Thatcher como primeira ministra da Inglaterra, em 1979, assegurou que esse país se tornasse o primeiro na Europa na efetivação do ideário neoliberal.

As ações de Margareth Thatcher na Inglaterra em seu período de governo foram: contração da emissão de moeda; elevação da taxa de juros; redução considerável dos impostos sobre os rendimentos altos; aumento

---

<sup>6</sup> O Neoliberalismo é a ideologia que justifica e defende os princípios do capitalismo despolitizando a economia e reduzindo a intervenção do Estado na vida social. (FIORI, 2001).

dos níveis de desemprego massivo; corte de gastos sociais; e lançamento de um amplo programa de privatização que atingiu a habitação pública, a indústria de aço, o setor elétrico, a produção de petróleo, a produção de gás e o fornecimento de água.

Nos Estados Unidos a vitória de Ronald Reagan foi o marco da implantação do neoliberalismo nesse país. O monetarismo de Milton Friedman teve uma influência grande no começo, porém a sua rigidez doutrinal criou muitos problemas. Por isso foi substituído por formas menos dogmáticas, mas sempre originadas da doutrina do “laissez faire”<sup>7</sup>, do princípio da não-intervenção do Estado na economia.

Durante seu governo foram adotadas algumas medidas neoliberais: elevação das taxas de juros e redução dos impostos dos ricos. No entanto, não acatou outra medida do receituário neoliberal, o controle orçamentário. Gastou muito em uma política armamentista para com a URSS (União Soviética), levando os USA (Estados Unidos) ao maior déficit público de sua história.

A ideologia neoliberal chegou a América Latina na década de 70. O primeiro país a adotá-lo foi o Chile, com o General Pinochet, cumprindo à risca o modelo neoliberal, caracterizando-se pela liberalização da economia, alta taxa de desemprego, repressão sindical, concentração de renda em poucos setores (dos ricos), e privatização de instituições públicas. Vale ressaltar que Pinochet foi o responsável por uma das mais cruéis ditaduras militares da América Latina, mandando perseguir, torturar, prender e matar os seus opositores, especialmente aqueles ligados ao governo de Salvador Allende.

---

<sup>7</sup>A expressão “laissez-faire” (em português “deixe fazer”) representa um princípio defendido pelos economistas neoliberais que é a menor participação do Estado nas relações econômicas. (HUBERMAM, 1986)

Outros governos da América Latina adotaram o neoliberalismo após o Chile; no México com Salinas, na Argentina com Menem, na Venezuela com Carlos Andrés Pérez e, em 1990, no Peru com Fujimori entre outros.

Para FAUSTO (1998) o Brasil, a década de oitenta foi um período de muitas transformações sociais, políticas e econômicas. Construímos passos importantes como a saída de um regime ditatorial de vinte anos, a construção de uma Constituição Federal (CF de 88) que abrange os direitos de todos os cidadãos residentes no Brasil, além disso, neste período começaram os processos de implantação da reestruturação produtiva<sup>8</sup> em nosso país.

BEHRING (2002) aponta que a adoção do modelo neoliberal brasileiro se concretizou de fato com o ex-presidente Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, que foi sucedido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo em nosso país propôs uma revolução burguesa que estava comprometida com o desenvolvimento econômico do país com base no “Consenso de Washington”<sup>9</sup> Neste sentido, a visão neoliberal de mercado tomava força principalmente para acabar com as conquistas dos trabalhadores e cidadãos, com o reajuste automático dos salários, a estabilidade dos empregos e a oferta de serviços públicos de qualidade.

---

<sup>8</sup> A Reestruturação Produtiva engendrou-se a partir da década de 70 sob o advento da Revolução Tecnológica. Ela que considerada a Terceira Revolução Industrial é composta por dois componentes fundamentais: a introdução de novas tecnologias e o crescente incremento por novas tecnologias para a produção. Ela se tornou uma resposta ao capital, no sentido de aumentar a produtividade com uma produção flexível, aumentar a concorrência. “foi também a resposta a necessidade de reorganizar e reatualizar sua dominação sobre o trabalho e o conjunto da sociedade”. (DE GRAZIA, 2007, p. 40). A respeito deste assunto trataremos com mais profundidade no segundo tópico deste capítulo.

<sup>9</sup> Esta denominação, criada pelo economista inglês John Williamson na década de 80 em uma conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington. Este termo significa o ordenamento de um grupo de idéias e de políticas econômicas voltadas para a crise econômica da América Latina. Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. (FORI, 2001)

Para NETTO (1990) o Neoliberalismo está pautado em três eixos fundamentais que necessitam de respostas, que são estes: a crescente desigualdade social, de etnia e a crise ecológica.

Os governos durante a década de 80 e 90 optaram por se desresponsabilizarem do trato da questão social, passando-a para a sociedade civil, ocasionando assim o aumento do desemprego e a vulnerabilidade social e financeira no país.

No Governo de José Sarney (1985-1989), vários planos econômicos foram postos em prática com o objetivo de preparar a economia brasileira para as transformações que estavam por vir: Plano Cruzado (1985), que estabelecia uma nova moeda, o Cruzado; o chamado gatilho salarial; a criação do seguro-desemprego; fim dos subsídios fiscais; desindexação geral de preços e salários com a livre negociação; projetos de privatização das empresas estatais, cujos recursos seriam destinados a redução do déficit público; manutenção da moratória dos juros da dívida externa, abrindo em contrapartida, o mercado nacional e a economia mundial. Em seguida, os Planos Bresser (1987) e Verão (1989). (FAUSTO, 1998).

Foi no governo de Collor que iniciou-se as práticas neoliberais de forma mais sistematizada e concreta. Este se aliou ao projeto neoliberal desde o início da campanha presidencial, com propostas de redução da atuação do Estado, incluindo as reformas constitucionais com o seu Plano Brasil, para, assim, descaracterizar a recente Constituição promulgada em 1988, decretando a tão propagada “caça aos marajás” (funcionários públicos com altos salários). Para RAICHELIS (2000), dentre as características do Plano Brasil destacam-se algumas premissas baseadas no ideário neoliberal:

Mudança significativa na natureza do Estado e nas suas formas de atuação (...) um Estado menor, mais ágil e bem informado (...) a tarefa de modernização da economia terá na iniciativa privada seu principal motor (...) ao Estado cabe, porém um importante papel de articulador dos agentes privados. (...) (RAICHELIS, 2000, p. 96)

Frente às denúncias de corrupção, Collor sofreu o Impeachment devido a escândalos de uso de dinheiro público para fins particulares<sup>10</sup> envolvendo sua família e amigos. (FAUSTO, 1998)

Itamar Franco, vice-presidente, foi quem assumiu a presidência, como presidente que nada alterou e era visto como inseguro politicamente. No plano de governo de Collor nada foi mudado após a transição de governo e a inflação continuava a crescer. Foi durante seu governo que se elaborou o Plano Real, pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e uma equipe de economistas. (FAUSTO, 1998).

Em meio ao sucesso do plano Real, FHC foi lançado candidato a Presidência e em 1995 assumiu o cargo. Seu governo perdurou a 2 mandatos (8 anos). Em meio às promessas eleitorais, foi dito à população que se estimularia o desenvolvimento do país, criação de novos postos de trabalho e a diminuição da vulnerabilidade social.

O governo de FHC concretizou-se pelo desenvolvimento das perspectivas neoliberais, como o ajuste fiscal, a privatização e a retirada paulatina dos direitos sociais, sob a agenda do FMI (Fundo Monetário Internacional). A dívida externa do país em 1994 era de 149 bilhões, e com os acordos feitos com a FMI, em 1998, subiu para quase o dobro do valor (229 bilhões) e os gastos internos foram reduzidos a fim de pagar os juros da dívida. Durante seu governo, aumentou ainda mais a abertura para o neoliberalismo, e com isto o Estado pouco atendia as demandas sociais, transferindo a responsabilidade para o setor privado através de parcerias e convênios com entidades sociais para executarem suas políticas de saúde, educação, cultura e muitos outros serviços à população. (FAUSTO, 1998)

---

<sup>10</sup> Após três meses de investigações, foi comprovado que foi usado dinheiro público para financiamento de campanhas eleitorais, reforma de residências compra de carros entre outras coisas. (FAUSTO, 1998)

Em bases gerais, a política e a economia da era FHC implementaram um modelo “de maior favorecimento do mercado e de redução do Estado, priorizando os que vivem da especulação em detrimento dos que vivem do trabalho” (FALEIROS, 2000, p. 206).

Este reordenamento das relações entre Estado e sociedade civil com a redefinição do papel do Estado, ocasionou o que TELLES (1998) chama “privatização do espaço público<sup>11</sup>”: o que o mercado dita passa a orientar as regras de proteção e de direitos sociais, relegando o papel do cidadão à função de consumidor.

Mas de acordo com a história brasileira, as metas estabelecidas nos planos de governo para amenizar as conseqüências do neoliberalismo pouco saem do papel, pois mesmo com a vitória de um candidato considerado da esquerda brasileira (Lula em 2002) o país não deixou de ser norteado pelos ideais Neoliberais. Muitos acreditavam que com a mudança de presidente, a fase neoliberal brasileira se diminuiria, mas ao chegar à presidência, o PT (Partido dos Trabalhadores) tornou-se “prisioneiro da engrenagem neoliberal” (ANTUNES, 2005).

Observamos que a década de 90 e o início do século XXI foi marcada por grandes reformas, todas voltadas para consolidação do neoliberalismo. Uma das grandes mudanças foi na Seguridade Social, no setor público e da política fiscal. Foram adotadas estratégias de desenvolvimento social através de programas de assistência de abrangência nacional, serviços sociais básicos de assistência e combate à pobreza e à fome. (FIORI, 2001).

A reestruturação produtiva provoca expressivas mudanças tanto na estrutura ocupacional quanto nos requerimentos de qualificação do trabalho, o que determina a necessidade de modificações na orientação de políticas públicas e empresariais de formação profissional e treinamento de

---

<sup>11</sup>A submissão do Estado aos condicionantes do mercado confirma o caráter das políticas sociais neoliberais. (TELLES, 1998)

trabalhadores. A queda do emprego formal nas indústrias é compensada em parte pelo aumento no setor de serviços e comércio. O desemprego deve ser compreendido na perspectiva de que foi construído por um movimento do Neoliberalismo, da reestruturação produtiva, da precarização da mão de obra e da falta de investimento do Estado na educação, na saúde, na assistência social, previdência social, trabalho e geração de renda. Estes movimentos trazem conseqüências como a desigualdade social, já que a renda é distribuída desigualmente entre a população.

Devido às diversas transformações sociais nos últimos anos no País, foi constituído um novo perfil de trabalhadores. Pessoas estas que compõem uma população heterogênea e alijada no mercado de trabalho formal, exercendo funções profissionais instáveis e de baixa remuneração, sem possuir residência fixa, vivendo em diversas moradias como pensões, albergues e as ruas da cidade.

Não podemos associar o fato das pessoas irem para as ruas apenas à baixa escolaridade, pouca qualificação profissional e desemprego, pois estes fatores interrelacionam-se com a dependência química e fragilização e/ou quebra de vínculos afetivos e familiares. Segundo ROSA (2005) as pessoas que vivem em situação de rua formam o grupo do subproletariado, ou seja, seu histórico profissional não se dá em um ofício que tenha se constituído por um processo de aprendizagem ou qualificação, e muitos já não conseguem ingressar no mercado de trabalho por sua idade ou por sua profissão estar se extinguindo.

Além desta exclusão no acesso, são estigmatizados negativamente pela sociedade quando exercem atividades como a catação de materiais recicláveis, por exemplo.

ROSA (2005) diz que a pessoa em situação de rua é discriminada e com poucas possibilidades de ingressar no mercado de trabalho. É um grande desafio deixar de serem vistos com discriminação para conseguirem

reacender sua auto-estima e exercerem uma ocupação profissional com dignidade e respeito.

Com o objetivo de efetivar, elaborar e gerir uma política integrada de proteção social específica para a população em situação de rua, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmou o compromisso de formular políticas públicas dirigidas à este público.

Em setembro de 2005, foi realizado o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), onde foram discutidos, juntamente com os movimentos sociais desse segmento da população, os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas específicas.

Buscando responder a essa prioridade, no período de agosto de 2007 a março de 2008, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.

O levantamento de dados abrangeu 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu tamanho ou índices populacionais. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes.

Pesquisas como esta realizada pelo MDS só reforçam a importância de realizar estudos acerca deste tema tão complexo e importante para nossa sociedade e principalmente para seu público alvo, as pessoas em situação de rua. Para essa população, todas estas questões aparecem com mais veracidade em seu cotidiano. Existe hoje um novo tipo de morador de rua, formado por pessoas que já tiveram carteira de trabalho assinada, foram chefes de família. O atual modelo econômico neoliberal é perverso quando o assunto é exclusão social. A pessoa que está excluída socialmente, inclusive aquela que acaba indo morar nas ruas, é vista como culpada pelo seu

desemprego. Pior: para ele, esse mesmo modelo econômico impede a inclusão social, principalmente pelo mercado de trabalho formal.

## 1. 2 Transformações no mundo do trabalho

Para IAMAMOTO (2006), baseando-se em MARX, o trabalho é uma atividade fundamental para as pessoas em todas as dimensões de sua vida, material, social, cultural e moral. Ao longo da história, o trabalho foi constituído como uma atividade central para o processo da sociabilidade e autonomia do ser humano, sendo assim o trabalho é essencial para a vida.

IAMAMOTO (2006) afirma que hoje, o desemprego e a precarização das relações do trabalho são aspectos fundamentais da questão social. Estamos em um momento em que as pessoas são gradativamente excluídas do processo de trabalho por não o acompanharem, e assim, seus meios de sobrevivência são reduzidos a buscar recursos nos programas sociais de transferência de renda e no trabalho informal.

A “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2007) está em crise por conta do desemprego estrutural<sup>12</sup> que ocorre em nosso país. O crescimento do desemprego foi um dos impactos que o neoliberalismo trouxe para o Brasil. SINGER (1998) mostra na pesquisa de emprego e desemprego realizado entre os períodos de 1991 a 1996 que o desassalariamento prossegue em ritmo intenso.

Entre 1985 a 1996, na região metropolitana de São Paulo, o número de trabalhadores do setor privado era de 18%, o de autônomos era de 60%,

---

<sup>12</sup> O desemprego estrutural acontece pela crescente extinção de alguns postos de trabalho e os trabalhadores vitimizados por este processo não têm acesso imediato aos novos empregos que surgem na medida em que a tecnologia avança no sentido de gerar novas profissões. (SINGER, 1998, p. 23)

os ocupados 30% e os servidores públicos 27%. Estes dados evidenciam a crescente ida dos trabalhadores para a informalidade, ampliando a precarização do trabalho, rebaixamento salarial, perda (flexibilização) crescente de direitos trabalhistas, desresponsabilização do Estado e o desemprego. (SINGER, 1998)

A crise vivenciada pela classe trabalhadora não se deu por poucos motivos: ela foi se construindo ao longo dos anos e precisa ser entendida em sua totalidade, na expansão dos modelos de produção e de gestão do trabalho, suas crises e transformações.

A expansão do trabalho e do modo de produção ocorreu nos marcos do padrão taylorista/fordista. Este sistema produtivo é caracterizado pela produção em série e de maneira espoliante para o trabalhador e é voltada para o consumo padronizado e de estoque. Além da divisão da produção, o que torna o trabalho fragmentado, os trabalhadores eram controlados e sua produção cronometrada. (GOUNET, 1992)

Na década de 70, ocorreram muitas mudanças, inclusive nos modos de produção. A crise do modelo de produção taylorista/fordista fez surgir a necessidade criação de novos mecanismos de produção que fossem mais flexíveis para solucionar a crise que se acentuava. (ANTUNES, 2007).

Segundo IAMAMOTO (2006), a concorrência mundial por novos mercados de consumo e as exigências de modos de produção e na qualidade dos produtos, fez necessária a criação de um novo método de produção: o Toyotismo. Neste contexto, o surgimento do modelo toyotista de produção, busca através da flexibilização do processo de trabalho, não produzir mais em série, atendendo às particularidades do mercado consumidor, ou seja, atendendo a demanda de consumo.

A flexibilização que se acentuou após o novo modelo de produção Toyotista, não se deu apenas no processo de produção, mas no mercado de trabalho em geral. IAMAMOTO (2005) continua pontuando que os impactos

da reestruturação produtiva nas relações de trabalho fazem parte de uma crescente exclusão de um montante de pessoas dos processos de trabalho. Estas pessoas não conseguem acompanhar as exigências do mercado de trabalho e assim são considerados “descartáveis”, formando o exército reserva de mão de obra.

Segundo IAMAMOTO (2006) e ANTUNES (2007), ocorreu a redução de trabalhadores nos postos de trabalhos fabris e industriais devido à crescente inclusão de novas tecnologias e o aumento significativo do setor de serviços. IAMAMOTO (2006) considera que com estas novas tecnologias na produção, exige-se mais qualificação profissional da classe trabalhadora. Porém, em contrapartida existe um contingente de trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho por não estarem preparados para atender às suas exigências. As empresas atualmente exigem maior rendimento dos trabalhadores ativos, que passam a desempenhar um trabalho multifuncional e polivalente. A redução do número de trabalhadores aumenta mais ainda o desemprego trazendo a ideia de “empresa enxuta” (ANTUNES: 2006, pg. 44). Para alcançar esta produção flexível e enxuta, segundo DE GRAZIA (2007), é necessária a descentralização produtiva, a terceirização e concentração de investimentos da produção em seu produto final.

Para DE GRAZIA (2007), a introdução de novas tecnologias (o toyotismo) na produção influenciam o aumento da produtividade e o capital, no sentido de controlar o trabalho. Para a autora, não existe neutralidade neste avanço tecnológico, já que se baseia no discurso o gerente da Olivetti, Franco de Benedetti:

A tecnologia da informática é basicamente uma tecnologia de coordenação e controle da força de trabalho (e) dos trabalhadores de escritório os quais a organização taylorista de trabalho não consegue abranger... O processamento eletrônico de dados (...) é de fato uma tecnologia organizacional e, com a organização do trabalho, tem uma dupla função: como força produtiva e como instrumento de controle de capital. (BENEDETTI 1981, apud FALABELLA 1988, apud DE GRAZIA, 2007, p. 14)

Com a flexibilização das relações de trabalho, o trabalho precarizado, a terceirização, a redução dos salários no setor de serviços e as cooperativas, o desemprego se intensifica, e somente aqueles que se atualizam em relação ao seu trabalho têm chances de continuar no mercado. A polivalência que é exigida para a interdependência das máquinas intensificam os processos de trabalho, já que os trabalhadores operam varias funções e até várias máquinas em seu posto de trabalho (DE GRAZIA, 2007). Neste sentido, aqueles que não atendem a estes requisitos são obrigados a buscar oportunidades na informalidade.

### **1.3 Informalização e Informatização**

As formas de trabalho informal são caracterizadas pela suas condições de precariedade, o que aumenta a acumulação do capital, pois com estas ações, o rebaixamento de custos mantém a produtividade e a acumulação dos valores resultantes da mão de obra excedente. Mas, da mesma maneira a informalidade apresenta-se como uma alternativa para os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho.

Conforme destaca POCHMANN (2006), ao longo da história, o governo brasileiro vem sendo pouco atuante em relação às políticas de emprego e de proteção aos desempregados.

As políticas introduzidas no conjunto das políticas de emprego durante a década de 1990 terminaram por não alterar o comportamento fragmentado e pulverizado das políticas públicas de atenção ao desemprego. (...)  
(POCHMANN. 2006 p.32).

Segundo o autor, as ações das políticas neoliberais de redução de custos com o trabalho, a flexibilização dos contratos trabalhistas e a redução com os gastos sociais estão presentes na realidade brasileira. Durante a

década de noventa evidencia-se a crise do desemprego e a presença do neoliberalismo nas políticas públicas de emprego.

São Paulo abriga muitos trabalhadores cujas atividades estão sem regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo setor informal, segundo o “Mapa do trabalho informal”.<sup>13</sup> (JAKOBSEN, et. al, 2000)

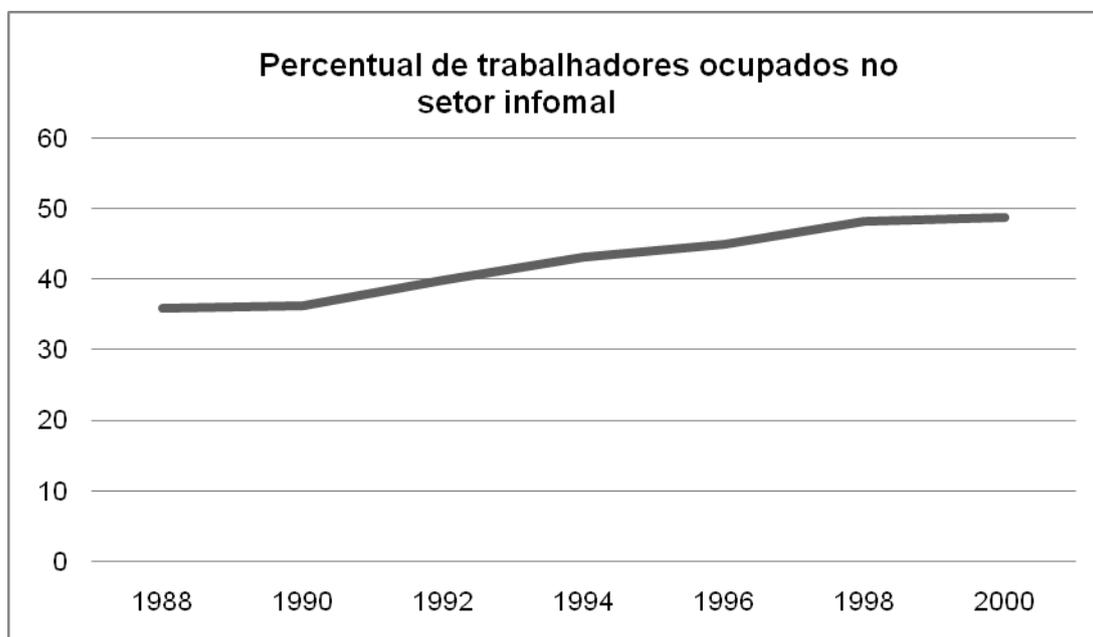
Atualmente, os trabalhadores informais representam quase a metade da população ocupada que trabalha e/ou mora no município de São Paulo.

A pesquisa realizada pelo Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo mensurou o número de trabalhadores informais da cidade supracitada. Os resultados mostram que o trabalho informal no município de São Paulo cresceu muito durante a década de 90 e que é acompanhado pela diminuição do número de trabalhadores formais e pelo crescimento dos que trabalham sem registro, como nas pequenas empresas. Mas estes aspectos são insuficientes para explicar o fenômeno da informalidade em nossa cidade, pois, embora com o maior mercado de trabalho urbano do país, sua a desindustrialização está crescendo. Existem muitos trabalhadores informais em São Paulo que são inseridos na chamada “economia moderna” (JAKOBSEN, et. al, 2000, p. 10), com a produção de vestuário, trabalho domiciliar e terceirizado.

---

<sup>13</sup> O “Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo” é um projeto de pesquisa elaborado pela Secretaria de Relações Internacionais da CUT - Central Única dos Trabalhadores e apoiado pelo AFL – CIO Centro de Solidariedade da American Federation of Labor – Confederation of Industrial Organizations dos EUA , que tem o objetivo de acompanhar a evolução do trabalho informal na cidade de São Paulo. (JAKOBSEN, et. al, 2000).

**Gráfico 1** - Evolução do setor informal no município de São Paulo (1990/1999)



Fonte: SEP. Convênio Seade e Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. (apud Mapa do Trabalho Informal do Município de São Paulo, 2000).

A pesquisa obteve um resultado importante, ressalta que os trabalhadores informais têm um lugar na cadeia produtiva, mas isto não significa que esta inserção seja importante na geração de renda, já que é muito baixa e não garante o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos. (JAKOBSEN, et. al, 2000)

Para ROSA (2005), além da dependência química e fragilização e ou ruptura dos vínculos familiares, a perda do emprego é um dos fatores preponderantes para a ida destes trabalhadores desempregados para as ruas. Estas pessoas estão excluídas do mercado de trabalho por diversos motivos: analfabetismo, baixo grau de escolaridade, desqualificação profissional, por deficiência, idade e dependência química. E ainda, de acordo com a autora, a falta de residência fixa e de documentos pessoais prejudicam a busca por trabalho, pois tal situação implica em gerar

desconfiança para o empregador. Nessa perspectiva, a alternativa que eles buscam é o trabalho informal.

CASTEL (2004) afirma que a precarização do trabalho torna-o cada vez mais instável e frágil, atingindo de forma desigual os vários segmentos da sociedade, principalmente os trabalhadores menos qualificados.

ROSA (2005) fala que as pessoas em situação de rua sofrem muitas conseqüências por não ocuparem o papel masculino definido socialmente, de provedor da família e de si mesmos. A relação com o dinheiro passa a ser apenas realizada por meio de atividades informais e doações.

Diante de uma conjuntura de recessão e desemprego, parte significativa da classe trabalhadora fica muito mais exposta às condições precárias do mercado informal de trabalho e à falta de emprego. Além das dificuldades objetivas da sobrevivência, essa situação abala a imagem do provedor que confere legitimidade ao chefe de família. (ROSA. 2004 p.18-19).

A falta de um emprego formal ou uma ocupação profissional, além de causar a exclusão, não os distingue como trabalhadores, dificultando a sua reconstrução da auto-estima. Eles não são vistos como cidadãos por parte da sociedade.

A crise vivenciada pela classe trabalhadora deve ser entendida em sua conjuntura, o que requer uma reflexão acerca da expansão dos modelos de produção e de gestão do trabalho, suas crises e transformações. Segundo ANTUNES (2007), quanto maior o investimento em novas tecnologias e implantação de novas competências, maior a degradação do trabalho.

No topo, temos trabalhos ultra-qualificados que atuam no âmbito informacional; na base, avança a precarização e o desemprego, ambos estruturais. No meio, a hibridez, o ultraqualificado hoje que pode estar desempregado ou precarizado amanhã. Ambos em expansão no mundo do capital global. (ANTUNES, 2007, p. 7).

Podemos observar que a “revolução tecnológica” facilitou muito os processos no mundo do trabalho e da telecomunicação, diminuindo o tempo em que as informações transitam, porém contribuiu para a redução dos postos de trabalho.

ANTUNES (1996) fala que este processo qualifica e desqualifica. Qualifica no sentido de instrumentalizar os trabalhadores para as novas profissões que estão surgindo, mas, em contrapartida, extinguem muitas outras, deixando fora do mercado de trabalho um contingente de trabalhadores. Assim, em pleno momento da informatização do trabalho, estamos conhecendo a informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, “do subproletariado”. (ANTUNES, 2007).

Em um passado pouco distante, os trabalhadores que se encontravam desempregados iam para a situação de informalidade para manterem a subsistência de sua família. Hoje, com o desemprego estrutural afetando a classe trabalhadora é cada vez mais comum esta situação, “o que sinaliza um século XXI com alta temperatura também nas confrontações entre as forças sociais do trabalho social e a totalidade do capital social global”. (ANTUNES, 2007, p. 08).

Em uma sociedade pautada nos princípios neoliberais que se consolida a partir do consumo e força de trabalho, a dignidade dos cidadãos é pautada na empregabilidade destes, segundo ROSA (et. al, 2004). A população em situação de rua está cada vez mais fragilizada por esta questão do desemprego estrutural associado a fatores como a dependência química e a fragilização e/ou ruptura dos vínculos familiares. Para ROSA (2005) a pessoa em situação de rua fica segregada, discriminada, sem possibilidade de inserção no mercado de trabalho e sem usufruir os bens, direitos e serviços básicos. É um desafio constante ascender socialmente na vida.

## 1. 4 Autonomia e condições de subsistência

Os moradores de rua enfatizavam e valorizavam seu grau de autonomia quando podiam comprar a alimentação em lanchonetes ou pensões (quentinha, sanduíche) em contraposição à situação dos que dependiam das entidades religiosas e caritativas que distribuem alimentação. (SCOREL, 1998, p. 170)

Para abordar a autonomia e as condições de subsistência das pessoas em situação de rua é necessário pensar na pobreza e miséria no Brasil e a situação de exclusão, onde faltam alimentação, saúde, educação, trabalho, lazer e muitas outras necessidades que os seres humanos possuem.

De acordo com MARX E ENGELS (1848), já no século XVIII os trabalhadores não conseguiam ascender juntamente com a indústria a qual prestavam serviço, e acabam por permanecer e aumentar sua condição por conta da acumulação de capital por parte dos detentores da mão de obra, a burguesia.

No Brasil, a condição de pobreza atinge níveis muitos altos e alarmantes. Segundo o IBGE<sup>14</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a desigualdade social na década de 90 já era muito grande. A classe média alta cresceu em media 38% enquanto a classe baixa cresceu 0, 78%.

Para a população que está abaixo da linha da pobreza, esta condição de vida faz com que criem estratégias de subsistência e resistência.

Para a população em situação de rua a sobrevivência é um constante desafio. Embora esta população seja formada por trabalhadores desempregados que, de tanto procurar emprego em fábricas, buscam novas alternativas de sobrevivência, tais como catar papel e fazer bicos pelas ruas da cidade, uma difícil alternativa.

---

<sup>14</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Pode-se verificar, na população de rua, alguns elementos do processo de precarização ligados a processos econômicos e sociais, particularmente dessa década, em que trabalhadores vão se tornando “inúteis” e “descartáveis” no processo produtivo, sendo gradativamente alijados da possibilidade de trabalho. (ROSA, 2005 p. 111).

As pessoas em situação de rua são atendidas pelo Estado através da política de Assistência Social como parte da rede de proteção social, que por sua vez, faz parte a política de acolhida, o que complementa sua condição de subsistência, mas não sua condição de autonomia.

Neste sentido, a maior possibilidade de superação da condição pobreza é aumentar a oferta de trabalho e de geração de renda. Mas o que vemos nas últimas décadas é o desmonte dos empregos formais, o aumento da desigualdade social e da pobreza.

No âmbito dessas discussões é importante pensar nas possibilidades de saída das ruas que emerge a importância da luta pela construção da autonomia.

## **1.5 O papel do Estado e o desenvolvimento de Políticas Públicas**

A origem das primeiras iniciativas de implementação de políticas sociais aconteceram durante o século XIX e está relacionada aos movimentos de massa social-democratas. Sua implementação aconteceu de fato após a Segunda Guerra Mundial de 1945. As sociedades pré - capitalistas não buscavam assumir responsabilidades sociais para camadas

mais vulnerabilizadas, exerciam ações pontuais com características assistenciais e paliativas<sup>15</sup>. (BEHRING, 2007).

Em geral, é reconhecido que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se.

Com a implantação da sociedade de mercado, as “formas restritivas de proteção assistencial” foram perdendo sua força na medida em que o trabalho passou a ser atividade de subsistência e acumulação de capital. (BEHRING, 2007).

(...) na sociedade capitalista burguesa, o trabalho perde seu sentido como processo de humanização sendo incorporado como atividade natural de produção para troca, independente de seu contexto histórico. (BEHRING, 2007, p. 50)

O período do século XIX até a terceira década do século XX foi marcado pelo predomínio do liberalismo econômico e pelo princípio do trabalho criador de valores e de acumulação de capital. Para o capitalismo liberal o Estado não poderia intervir diretamente nas relações sociais de trabalho e nem nas necessidades sociais da população. Sua função deveria ser garantir os interesses do capital e do mercado. (BEHRING, 2007)

Segundo BEHRING (2007) as iniciativas de respostas à questão social do século XIX eram repressivas sem garantir formas de enfrentamento à ela. Com as reivindicações da classe trabalhadora, conseguiu-se assegurar muitos direitos sociais, porém estas mudanças não impuseram a ruptura com o capitalismo, mas abrandaram os princípios liberais incorporando um caráter mais social.

---

<sup>15</sup> Segundo POLANYI (2000) e CASTEL (1998) (apud BEHRING, 2007) as legislações promulgadas até 1795 tinham a função de manter a ordem e impedir a circulação de trabalhadores entre as cidades. Na Nova Lei dos Pobres (Poor Law Amendment Act) de 1834 já no contexto da Revolução Industrial tinha o sentido de liberar os trabalhadores para o mercado de trabalho. (BEHRING, 2007).

A crise capitalista de 1929 – 1932<sup>16</sup> reduziu o comércio mundial causando uma superabundância de capitais, escassez de lucros, o que aumentou o desemprego e generalizou o baixo consumo. Segundo MANDEL (apud BEHRING, 2007) a Revolução Keynesiana vem como uma resposta para “amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo ensejadas a partir da lógica do capital.” (BEHRING, 2007, p. 71).

A expressão teórica deste momento é John Maynard Keynes (1983), com sua *Teoria Geral*, de 1936. A situação de desemprego generalizado dos fatores de produção no contexto da “Grande Depressão”, indicava que alguns pressupostos clássicos da economia política não explicavam os acontecimentos daquele momento e precisavam ser revistos. Keynes questionou alguns deles, já que não via a economia como ciência moral, e sim não natural; considerava insuficiente a Lei de Say (Lei dos Mercados)<sup>17</sup> e, nesse sentido, colocava em questão o conceito de equilíbrio econômico, segundo o qual a economia capitalista é auto-regulável. (BEHRING, 2007)

Para Keynes, diante do grande interesse dos empresários pelo acúmulo de capital, com sua visão de curtíssimo prazo, o Estado tem legitimidade para intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar demanda efetiva<sup>18</sup>, ou seja, disponibilizar

---

<sup>16</sup> A crise de 1929 (conhecida como a “Grande Depressão”) foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento (parecida com a crise econômica que vivemos atualmente) iniciada no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929 quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa Financeira de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo. Com esta crise, instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados. (SANDRONI apud BEHRING, 2000)

<sup>17</sup> A Lei de Say (Lei dos Mercados) é a normativa que regula que o mercado cria sua própria demanda, o que impossibilita uma crise geral de superprodução;

<sup>18</sup> A demanda efetiva, segundo Keynes, é aquela que reúne bens e serviços para os quais há capacidade de pagamento. Quando há insuficiência de demanda efetiva, isso significa que não existem meios de pagamento suficientes em circulação, o que pode levar à crise. Nesse sentido, o Estado deve intervir, evitando tal insuficiência. Na economia de mercado, a demanda efetiva é o que importa, embora seja inferior à demanda decorrente das necessidades do conjunto da população (SANDRONI, 1992 apud BEHRING, 2000).

meios de pagamento e dar garantias ao investimento, inclusive contraindo déficit público, tendo em vista controlar as flutuações da economia.

Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. Dessa política resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão (SANDRONI apud BEHRING, 2007).

Esse período em que aconteceram estas mudanças consolidou a convicção sobre a necessidade da regulação estatal para o enfrentamento da pobreza. Nesse momento histórico o Welfare State é criado com políticas sociais ampliadas do tipo Bismarkiano<sup>19</sup> e com o Plano Beveridge<sup>20</sup> na Inglaterra em 1942, que apresenta um novo referencial para a organização das políticas sociais como: universalidade dos serviços sociais, responsabilidade do Estado para regulação de economia visando manter um nível elevado de emprego, prestação pública aos serviços sociais universais como saúde, educação, habitação, implantação de rede de segurança e serviços assistência social.

---

<sup>19</sup> Modelo bismarkiano identifica como seguros sociais, iniciado na Alemanha no final do século XIX e início do século XX. O governo do chanceler Otton Von Bismarck instituiu o seguro saúde para os alguns segmentos de trabalhadores na Alemanha em 1883. (BEHRING, 2007)

<sup>20</sup> William Henry Beveridge (1879-1963) dirigiu a London School of Economics entre 1919 e 1937. Em 1941 tornou-se presidente do comitê administrativo interministerial encarregado de um exame geral do sistema previdenciário britânico. Daí resultou o Plano Beveridge (1942), que, aplicando as teorias keynesianas de redistribuição de renda, serviu de base para a reforma da estrutura da previdência social na Inglaterra e em vários outros Países, difundindo a perspectiva da seguridade social universalizada que articulava a previdência e a assistência social (SANDRONI e BOSCHETTI, apud BEHRING, 2000).

Contudo, os “*Anos de Ouro*” do capitalismo começam a se extinguir no final dos 60 devido às taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções de proteção social, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias da produção que já não eram as mesmas, o que contrariava as expectativas de pleno emprego, base para o Keynesianismo. O aumento da população jovem e a primeira grande recessão - catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/74 - foram os sinais de que o sonho do pleno emprego e a proteção social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital “onde não se realizou efetivamente” (BEHRING, 2007, p.103). As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado assistir integralmente os cidadãos especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais.

No Brasil as políticas sociais em seu desenvolvimento não acompanharam o mesmo momento histórico dos países capitalistas centrais, por se desenvolverem em tempos diferentes.

As políticas sociais se iniciaram a partir da Revolução Industrial, sendo seu grande marco na transição capitalista em meados do século XX. Sendo o ano chave de 1923 com a promulgação da Lei Eloy Chaves que instituiu as CAP's - Caixas de Aposentadorias e Pensão, para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, como os ferroviários e marítimos entre outros. Neste momento a economia no Brasil era basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação. Esses trabalhadores estavam inseridos diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadoria, por este motivo os direitos trabalhistas foram reconhecidos. Nos anos 30, a acumulação capitalista passa a ser dominada pelo capital industrial, alterando esse quadro com a mobilização a ação reguladora do Estado sobre o trabalho, a organização política dos

trabalhadores, a previdência e a saúde pública. Nesse período foi criado o IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões, legislações sindicais e consolidação da CLT Leis do Trabalho, o que gerou à população brasileira direitos a cidadania para os trabalhadores que estavam inseridos formalmente no mercado de trabalho. (BEHRING, 2007)

Nesse momento também foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública como o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial. (BEHRING, 2007)

Em 1942, ocorre a criação da LBA - Legião Brasileira de Assistência criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial que era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas. Esta instituição possuía características totalmente assistencialistas e seletivas. O quadro só altera após a Constituição de 1988. Na área da infância e juventude em 1941 é criado o SAM - Serviço de Assistência ao Menor, pela falta financiamento e pela cultura da época, prevalece os maus-tratos e coerção principalmente aos jovens pobres e "delinqüentes". Este serviço só se modifica com a aprovação do ECA - Estatuto da Criança e Adolescente em 1990.

Neste período de introdução das Políticas Sociais, acontece o desfecho com a Constituição de 1937, com o reconhecimento das categorias trabalhistas pelo Estado e finalmente com a CLT Consolidação das Leis Trabalhista, em 1943.

Em 1945, após 15 anos no poder, Getulio Vargas é deposto e um novo período se inicia no país, de intensas turbulências econômicas, políticas e sociais. Aumentou no Brasil, a urbanização, industrialização, apesar da vocação agrário-exportadora permanecer forte, o movimento operário e popular com uma agenda de reivindicações extensa. A constituição de 1946 foi uma das mais democráticas do país até a Carta Magna de 1988. (BEHRING, 2007)

O período de 1946 a 1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação de luta de classes assim como crescem as tensões no campo, com a organização das Ligas Camponesas, em função da inexistência de uma política agrária. Nas camadas médias urbanas as reivindicações partem dos estudantes universitários pela ampliação do ensino público superior. (BEHRING, 2007)

No momento da ditadura militar com perda de liberdades democráticas, censura, prisão e tortura o bloco militar-tecnocrático-industrial busca aderir a legitimidade por meio da expansão e a modernização das políticas sociais. Ocorre que em 1966, a unificação, uniformização e centralização da previdência social no INPS - Instituto Nacional de Previdência Social retirando os trabalhadores da gestão da previdência. No ano de 1967, os acidentes de trabalho também passam para o INPS. (BEHRING, 2007)

A previdência se amplia para os trabalhadores rurais, jogadores de futebol, autônomos, empregadas domésticas entre outros. Criou em 1974, a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário mínimo para os que contribuíram pelo menos um ano de previdência. (BEHRING, 2007)

No ano de 1977 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social que incorpora e unifica vários organismos e instituições, como a LBA, a FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor que substituiu o antigo SAM, extinto em 1964, porém com as mesmas características de punição, o INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica e o IAPAS - Instituto Nacional de Administração da Previdência Social. A ditadura também implantou uma política nacional de habitação com a criação do BNH - Banco Nacional da Habitação o que se tratava de uma estratégia tipicamente Keynesiana impulsionando a economia pela construção civil por meio de moradias populares.

A década de 80 foi marcada pela ascensão dos movimentos populares<sup>21</sup> que durante suas trajetórias, lutaram pela democratização do país e conquistas para a classe trabalhadora. (BEHRING, 2007)

A mobilização popular acarretou um novo marco para a esfera social e da cidadania, refletidas na promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Esta nova Constituição Brasileira expandiu e assegurou os direitos sociais instaurando um novo sistema de proteção social no Brasil, a seguridade social. (MARTINS, 2000).

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações iniciativas dos poderes públicos e sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e a assistência social. (MARTINS, 2000, p. 3).

O artigo 194 da Constituição Federal de 1988 se refere à seguridade social que compreende os direitos concernentes à Saúde, Previdência e Assistência Social.

O Artigo 203 da Constituição assegura o direito à Assistência Social a todas as pessoas a quem delas necessitar, sem contribuição previa, configurando-se uma nova situação para o Brasil.

A Assistência Social prevista na Constituição foi regulamentada como direito pela Lei 8.742/93 Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e ela faz parte do tripé da seguridade social, consolidando o caráter de direito social. (BEHRING, 2007).

O artigo primeiro da LOAS define Assistência Social como:

---

<sup>21</sup> “(...) movimentos sociais, personalidades e partidos políticos com compromissos democráticos que participaram dos grupos de trabalho”. (BEHRING, 2007, p.144).

(...) direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (GRESS, 2006, p.85).

A assistência social, como política de proteção social supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais, captando as diferenças sociais, identificando forças e não somente as fragilidades. (PNAS, 2004)

A proteção social exige a capacidade de aproximação do cotidiano das pessoas e seus territórios. O direito à seguridade social pressupõe suprir e desenvolver capacidades para autonomia. Assim ela é voltada para o desenvolvimento humano e social sem tutela ou assistencialismo. A proteção social da Assistência Social é constituída por conjuntos de ações que visam a redução e prevenção de situações que impactam a vida dos cidadãos. (PNAS, 2004).

Para suprir as necessidades de reprodução social de pessoas e grupos familiares, a proteção de assistência social efetiva-se em novas ações, buscando desenvolver o protagonismo e autonomia. Portanto a proteção social supõe prover proteção à vida, a segurança de rendimentos, reduzir danos, prevenir incidência de agravos à vida e tem como direção o desenvolvimento humano e social dos cidadãos. (PNAS, 2004).

## **1.6 A Perspectiva da Seguridade Social e a Política de Assistência Social**

A Assistência Social como Política pública de proteção social configura-se como garantia a todos os brasileiros a quem dela necessitem; é uma política não contributiva e universalizante e faz parte do sistema de seguridade social. (CF, 88).

BEHRING (2007) aponta que o princípio da universalização dos direitos direcionados a reduzir as desigualdades econômicas e sociais encontra-se confinado à seletividade e à distributividade, conduzidos por critérios específicos, o que provoca uma tensão com a universalização norteadora, conforme assinala a autora a partir de seus princípios:

Esse princípio não se refere apenas aos direitos assistenciais, mas também permite tornar seletivos os benefícios das políticas de saúde e de assistência social, numa clara tensão com o princípio da universalidade. (BEHRING, 2007, p.157).

Um dos pressupostos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) é considerar a família fundamental para a proteção social e que ela assume relações entre os sujeitos e a coletividade, reconhecendo todos seus formatos e modelos.

As fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (PNAS, 2004, p. 35).

A PNAS fundamenta e se concretiza com a implantação e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que é um sistema público descentralizado, participativo, e não-contributivo que tem a função de gerir a Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (NOB/SUAS, 2004)

O SUAS organiza os programas, os serviços e as ações sócio assistenciais de acordo com o grau de complexidade. E, entre outros, deve consolidar o modo de gestão compartilhada entre os três níveis federativos municipal, estadual e federal de modo articulado a complementar a proteção social não-contributiva de Seguridade Social no campo da Assistência Social, respeitar a diversidade das regiões, decorrente de características culturais, socioeconômicas e políticas reconhecendo as diferenças regionais

e municipais que condicionam os padrões de cobertura do sistema e os seus diferentes níveis de gestão devem ser considerados no planejamento e execução das ações. (PNAS, 2004).

De acordo com a PNAS, a proteção social deve ser hierarquizada entre proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

A proteção social básica tem o objetivo de “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS: 2004, p. 33). É destinada à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, acesso precário a serviços públicos entre outros e fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social como discriminação étnicas, de gênero, por deficiências, etárias entre outras fragilidades. (PNAS, 2004).

Os CRAS - Centros de Referência da Assistência Social - são locais de atenção a esta população. São de base municipal e territorial localizados nas regiões de vulnerabilidade social e onde devem ser desenvolvidos serviços, programas, projetos e ações articulados com a rede de serviços local como atenção à saúde e entidades sociais, por exemplo, de Proteção Social. Os CRAS têm como funções realizar o acolhimento dos indivíduos e famílias, potencializando a convivência familiar e comunitária de acordo com as situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal a que estão expostas. (PNAS, 2004).

Proteção Social Especial é destinada às situações em que os direitos sociais, coletivos e individuais se encontram ameaçados ou violados.

Tem por objetivo prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (NOB/SUAS, 2004 p. 37).

A Proteção Social Especial deve ser acionada para aquelas situações em que as famílias, por circunstâncias socioeconômicas e culturais, não estão garantindo a proteção básica para seus membros e para aquelas situações em que os direitos dos seus membros (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiências, mulheres) se encontram ameaçados e/ou violados. (PNAS, 2004).

Ela deve ser organizada para acolher e atender aos usuários e famílias, que estão com direitos ameaçados ou violados e, portanto, estão vivenciando situações de maior complexidade, que exigem atuação interdisciplinar, multiprofissional que requerem acompanhamento individual e/ou em grupo e a intervenção, em geral, deve ser conjunta com outras organizações que atuam na Rede de Proteção Social e no Sistema de Garantia de Direitos.

Os serviços e ações no campo da proteção social especial guardam relação muito estreita com órgãos do poder judiciário, da segurança pública, do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares.

Os serviços e ações da proteção social especial se organizam em níveis de complexidade, sendo:

Média Complexidade: atua no campo dos direitos ameaçados e/ou violados em que os vínculos sócio-familiares ainda não estão rompidos. Os serviços de Média Complexidade são serviços públicos de apoio direcionados a atenções especiais e desenvolvidos por grupos de técnicos especializados que devem oferecer: acolhida, acompanhamento individual e grupal; desenvolvimento de convivência familiar e comunitária e de

processos facilitadores para construção de projetos pessoais e sociais. (PNAS, 2004)

Alta Complexidade: atua naquelas situações em que os vínculos sócio-familiares estão rompidos e exige uma intervenção que garanta a proteção integral para os sujeitos e famílias que requerem moradia, alimentação, cuidados higiênicos, proteção em instituições de abrigo provisório/temporário e resgate dos vínculos familiares e comunitários, como por exemplo: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Famílias Substitutas e Acolhedoras, Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada), e trabalho protegido. (PNAS, 2004).

Segundo BALERA (1989) a proteção social só se tornará real com as formas de articulação entre Estado e Sociedade, o qual sem sua existência não poderá ser garantida dignamente.

Tendo em conta essas considerações e apesar dos avanços que as pessoas em situação de rua tiveram pelas suas lutas, questionamos se há uma discussão adequada na pauta do poder público, de maneira que esses sujeitos possam de fato ter oportunidades de (re) construir seus projetos de vida.

## **1.7 A Política Pública de Atendimento à População em Situação de Rua**

A Assistência Social tem como função, garantir um padrão básico de condição de vida, fornecendo mínimos sociais ao mesmo tempo dando suporte e cobertura às situações de risco social e vulnerabilidade à população. (SPOSATI, 1997).

Segundo SPOSATI (1997) e PNAS (2004) as pessoas que se encontram em situações vulneráveis têm que ser assistidas nas situações de risco, sejam elas invalidez, deficiência, velhice, desemprego, morte, acidente e outros. Desta forma, se estabelece o padrão de como cada situação deve ser tratada para garantir a segurança e proteção.

Segundo o que diz a lei 40.232 de 02/01/01 da “São Paulo Protege” cabe ao município algumas atribuições como promover Assistência Social à população em situação de rua, mediante o atendimento dos direitos sociais aos que possuem baixa renda, priorizando o estado de abandono, marginalidade na sociedade. (São Paulo Protege-População em Situação de Rua)

A Política de atendimento no artigo 5 do decreto nº40.232, destaca os serviços e programas que devem atender a demanda, o qual vale ressaltar a qualidade e a forma digna destes serviços a esta população, compreendendo ao poder público municipal assegurar instalações adequadas e suas manutenções. Dentre elas estão: os abrigos emergenciais, albergues/abrigos especiais, centros de Serviços, restaurantes comunitários, Casa de Convivência, Moradias Provisórias entre outros.

As seguranças de acolhimento e de convívio são uma das cinco seguranças, nas quais se apóiam os cidadãos que estão em situação de risco social.

A política de acolhida não se limita apenas à população de rua, se estendendo à cobertura de várias vulnerabilidades como deficiência, velhice, violência, entre outras situações. Cada situação requer uma cobertura de acolhida diferente. (SPOSATI, 1997). Nesse sentido, a autora revela que a questão do acolhimento se coloca dentro das questões que visam à garantia de dignidade.

O objetivo central da política de acolhida é fornecer habitação substituta nas seguintes situações:

Apoio e referência ao abandono; Segurança em situação de impedimento de permanecer na moradia habitual por acidente, risco ou presença de violência, principalmente, crianças, adolescentes, mulheres e a terceira idade; Recolhimento àqueles que foram para as ruas por motivos diversos; Acolhida dos desabrigados face às intempéries principalmente no período de inverno; Convívio para crianças ou pessoas da terceira idade sem apoio familiar; Para as famílias removidas para a liberação de áreas para a instalação de programas habitacionais em projetos viários; Acolhida às pessoas que transitam na cidade em busca ou realização de tratamento médico. (SPOSATI, 1997, p. 57).

Segundo SPOSATI (1997), a política de acolhida vai além do ato de hospedar, de promover serviços de recuperação, reabilitação e retorno à habitação normal. Ou seja, não se trata apenas da substituição da moradia, mas de fornecer condições para que estas pessoas não fiquem mais na situação de ausência de referência, endereço e abrigo.

Sobretudo, a política de acolhida tem como objetivo reduzir os sofrimentos das pessoas que estão em risco social, garantindo sua dignidade e cidadania, evitando que essas pessoas cheguem ao limite da condição humana, ou seja, no “ultimo grau de deterioração da sua condição da vida”. (SPOSATI, 1997).

A Política de Assistência Social tem como dever se ocupar da segurança de convívio. Conforme destaca SPOSATI (1997), as práticas realizadas às pessoas que estão em situação de risco, como o caso da população em situação de rua, voltam-se à criação de núcleos de convivência.

Nos espaços de convivência, é previsto que pessoas que se encontre em situações de risco semelhantes possam criar laços e realizar trocas. O intuito desta proposta é que, através das trocas, estas pessoas

criem possibilidades para encontrar saídas à sua situação de vida e aos riscos que possam vir a encontrar. SPOSATI (1997).

Portanto, o princípio organizador da política social deve ser a cidadania. A avaliação da eficiência e eficácia da política social deve passar pelo confronto com o princípio da cidadania, assim como a implementação de novas políticas.

## II CAPÍTULO

### A rua como espaço de viver e sobreviver



*“Os pobres da terra, durante séculos excluídos e marginalizados e dominados têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição seu caminho sem volta sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da história”.*

*José de Souza Martins*

## **II CAPÍTULO**

### **A rua como espaço de viver e sobreviver**

Neste capítulo abordaremos o histórico e as concepções sobre a população em situação de rua, onde serão tratadas questões como: quais os motivos que os fizeram a viver nas ruas, quais são suas condições de vida e suas estratégias. Também apresentaremos o Projeto SASECOP, onde realizamos a pesquisa de campo.

#### **2.1 Histórico e concepções sobre a população em situação de rua**

Desde o início da humanidade, sempre houve diferenças entre classes sociais. Os pobres e ricos existem desde os tempos mais remotos da nossa civilização. Mas, com a adoção do capitalismo, generalizou-se. Os trabalhadores que vendem sua força de trabalho vivem com muitas dificuldades de acesso a bens de consumo, cultura e conhecimento.

O capitalismo deixa os trabalhadores sob a instabilidade do mercado, permitindo que sejam explorados e deixando muitos em uma condição de sobrantes dentro desta estrutura, fazendo com que os salários permaneçam baixos, o que aumenta a concorrência para um trabalho digno.

Assim, segundo IAMAMOTO (2005) os serviços sociais vêm auxiliar a sobrevivência desta parcela de trabalhadores e respondem tanto aos interesses da classe trabalhadora como do capital, para garantir o mínimo social para manter o exército de Mão de obra reserva.

Conforme BRESCIANI (2004), no século XIX a sociedade inglesa vinculava a pobreza com a criminalidade e a amoralidade. Os ingleses viam a pobreza como uma questão moral. Os que não tinham trabalho eram vistos como preguiçosos e vagabundos, considerados uma ameaça para os trabalhadores e as pessoas consideradas nobres da sociedade da época. A grande concentração de pessoas sem trabalho e os que trabalhavam em condições precárias nas fábricas começou a preocupar os cidadãos ingleses da época.

A miséria, antes particular e escondida, passou a ser pública e visível, a partir de protestos da multidão de pobres trabalhadores que expunham sua miséria, seus hábitos considerados como fraquezas morais, pelos possuidores de riqueza, pondo em risco a ordem social. (BRESCIANI, 2004)

Portanto, para compreender a questão social<sup>22</sup>, é preciso retomar o processo de industrialização iniciado na Inglaterra com a Revolução Industrial, na segunda metade do Século XVIII, que veio consolidar o sistema capitalista de produção.

A questão social, portanto, é produzida pela exploração do trabalho no sistema capitalista, para a produção da mais-valia, que resulta inicialmente do aumento da jornada de trabalho para além do tempo necessário para produzir ou repor o seu salário. (ANTUNES, 2006).

Segundo ROSA (2004), uma das expressões mais explícitas da questão social está relacionada às pessoas em situação de rua.

---

<sup>22</sup> Questão social é apreendida como um conjunto de expressões da desigualdade de classes (miséria, fome, desemprego, doenças e todos os possíveis tipos de carências). Neste período do século XIX ela não era vista como uma raiz muito comum da reprodução social e da exploração do trabalho coletivo cuja apropriação do que é produzido é monopolizada por poucos, os que detêm os meios de produzir (IAMAMOTO, 2007). Ela era vista como um natural, “apenas contradição entre abençoados e desabencoados pela fortuna, pobres e ricos ou entre dominantes e dominados (...)” (IAMAMOTO, 2005, p. 127).

A população em situação de rua compõe a pobreza nas cidades do mundo inteiro. Esse é um fenômeno fundamentalmente urbano, ligado à formação de superpopulação relativa nas sociedades capitalistas. Embora possua características comuns, segundo a pesquisadora, é um fenômeno que “possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta”. O perfil traçado anteriormente é um exemplo disso.

A expressão mais radical dessa crise é composta, sobretudo, por trabalhadores expulsos do mercado de trabalho que exercem atividades de caráter informal e temporário e ficam submetidos à intensa violência cotidiana e ao isolamento. Como, em geral, vivem processos de rupturas de suas relações familiares, apresentam como grupos vulneráveis que fazem da rua lugar de moradia e sobrevivência. (ROSA, 2005, p. 40)

Segundo a autora, esses sujeitos não possuem uma definição econômica e cultural, desenvolvem estratégias de sobrevivência e por muitas vezes são discriminados por seu modo de viver. Ser pessoa em situação de rua vai além de todas as carências.

Ficar em situação de rua pode ser uma situação passageira, porém conseguir um trabalho pode não ser rápido, então muitos vão aprendendo a e criar estratégias de subsistência.

Assim a autora trabalha com três tipos: Ficar na rua – refere-se às pessoas que permanecem na rua por estarem sem trabalho, não tendo para onde ir e que não conseguiram vaga em albergue. Estar na rua – é a condição de sujeitos que já não tem medo de ficar na rua e começam a estabelecer relações de sobrevivência, junto com outros da mesma condição e criando novas estratégias de sobrevivência. Ser da rua – É referente à pessoa que já está há muito tempo nas ruas. Ela ganha um grau significativo de importância, devido às precárias condições das pessoas nessa situação, condições essas físicas e mentais, tornando cada vez mais difícil a saída das ruas. (ROSA et. al, 2004)

A história do fenômeno populacional em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais na Europa. Durante essa época, os camponeses desapropriados e expulsos de suas terras foram procurar emprego na cidade. Como nem todos conseguiram ser absorvidos pela indústria, essa força produtiva sobrou e fez surgir o pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental no final do século XVIII.

Existem cada vez mais pessoas vivendo em espaços públicos das grandes e médias cidades brasileiras, nas duas últimas décadas, referentes às mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. Também é ligada à desigualdade social do País, às más condições de reprodução da vida urbana, como moradia e saúde, à dependência química e à fragilização e ou ruptura dos vínculos familiares. (ROSA, 2005).

No Censo, realizado em 2000 pela FIPE e pela SMADS, foram identificados 8.088 moradores de rua em São Paulo. Destes, 4.395 foram encontrados nos logradouros da cidade e 3.693 encontravam-se nos albergues. No segundo, em 2003, foram contadas 10.399 pessoas, sendo que 6.186 em albergues e 4.213 nas ruas. Conforme a pesquisa a predominância é do sexo masculino, com idade média de 40 anos, pessoas sozinhas e com problemas de saúde. A maior concentração da população de rua é na região central da cidade por ser mais fácil a locomoção.

As pesquisas de 2000 e 2003 comparadas com os estudos realizados anteriormente em 1991 a 1998 pela Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) em parceria com organizações não-governamentais e FIPE revelam um aumento significativo das pessoas em situação de rua.

A pesquisa revela que em 1991 havia 3.852 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Em 2003, doze anos após a primeira pesquisa apresentada, esse número passou para 10.399.

A pesquisa de 2003 revelou que a maioria eram homens (79,9%), com faixa etária entre 26 a 55 anos (65,8%), sendo a idade média de 38 anos. No universo pesquisado 59% eram usuários de albergue.

Em 2007 o Observatório do Cidadão do Instituto Nossa São Paulo fez uma pesquisa de contagem do número estimado de pessoas em situação de rua e o número foi de 13.000 pessoas, morando nas ruas e nos albergues da cidade.<sup>23</sup> De acordo com a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua<sup>24</sup> foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). O número relatado diz respeito aos resultados da pesquisa realizada em 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional.

Porém, este número pode ser consideravelmente mais elevado, pois cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Recife não participaram do estudo por ter anteriormente conduzido pesquisas semelhantes. Desta forma não é possível estimar o tamanho total da população em situação de rua em nosso país apenas somando-se os resultados das diferentes pesquisas, já que foram utilizadas metodologias diferenciadas em todos os casos. (PESQUISA NACIONAL, 2007).

Cabe destacar, no entanto, que é significativa a proporção de mulheres (14 a 18%) em situação de rua, o que requer ações voltadas a esse segmento.

---

<sup>23</sup> Pesquisa realizada em 2007 pelo Observatório Cidadão do Instituto Nossa São Paulo. Disponível em [www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/avaliacao](http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/avaliacao).

<sup>24</sup> Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua, realizada em 2007, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**Tabela 1:** Distribuição em números comparativos da população em situação de rua do sexo feminino e masculino.

<b>Pesquisas</b>	<b>Ano</b>	<b>Masculino %</b>	<b>Feminino %</b>
São Paulo	2000	85	15
São Paulo	2003	86	14
Porto Alegre	2007	82	18
Nacional	2007	82	18

Fonte: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**Tabela 2:** Distribuição em números comparativos da população em situação de rua.

<b>Pesquisas</b>	<b>Ano</b>	<b>Rua</b>	<b>Albergue</b>	<b>Total</b>
São Paulo	1991	3.852	460	3.392
São Paulo	1994	4.549	(*)	4.549
São Paulo	1996	5.334	(*)	5.334
São Paulo	1998	6.453	(*)	6.453
São Paulo	2000	4.395	3.693	8.088
São Paulo	2003	4.213	6.186	10.399
Recife	2005	1.390	(*)	1.390
Porto Alegre	2007	847	356	1.203
Nacional	2007	(*)	(*)	31.922

(\*) Não obtivemos dados separados para rua e albergue. Fonte: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <http://blogdarua.blogspot.com>.

Estes dados das pesquisas realizadas demonstram o quanto a população em situação de rua cresce em todo país.

Essas pessoas não são reconhecidas pelo censo, pois a contagem do número de habitantes é realizada a partir do domicílio.

Apesar de não existirem para os censos e de serem socialmente reconhecidos como população ameaçadora formada por desocupados e desinteressados, em algumas metrópoles, eles se organizam visando a garantia de seus direitos.

No estudo de ROSA (2004), as instituições procuradas pelas pessoas em situação de rua eram as Casas de Conveniência, os Abrigos de Inverno e Albergues. O albergue é um espaço contraditório para as pessoas que vivem em situação de rua. Para alguns dos usuários de albergue, este era um local em que acreditam manter a identidade de trabalhadores desempregados e que lhes possibilita a reinserção no mercado de trabalho.

As pessoas em situação de rua vêm lutando por seus direitos, protestando quanto à falta de moradia e emprego e aos poucos vêm substituindo a imagem de maloqueiros, mendigos e indigentes por sujeitos com direito à cidadania.

O início da luta pelos direitos desta população foi em 10 de maio de 1991, e no ano de 1993, houve a elaboração da legislação para garantia seus de direitos, a partir das tribunas populares, reuniões, com a participação das organizações e da própria população de rua (ROSA, 2008).

Dentro desse contexto, o Fórum da População de Rua foi criado, com a iniciativa das Oblatas São Bento. No entanto, tal ação buscava apenas reunir pessoas que se identificavam com as questões voltadas a este segmento.

Na medida em que foram se ampliando as questões sobre tal população, foram se desencadeando outros fatores que contribuíram para a formação do fórum, dentre eles a visão dessas pessoas como sujeitos sociais e não como objeto de assistência.

O evento mais importante que deu reconhecimento e visibilidade nacional ao segmento foi o “I Seminário Nacional sobre População em

Situação de Rua em São Paulo”, organizado pela prefeitura municipal de São Paulo em parceria com ONG’s<sup>25</sup>. O seminário aconteceu em 1992 e foi a primeira vez que se discutiu inclusive em nível acadêmico o tema (ROSA, 2008)

Conforme apresenta ROSA (2008), um dos exemplos desta manifestação foi o caso da cidade de São Paulo, que conquistou, pela primeira vez na história, uma política pública voltada para as pessoas em situação de rua.

Conforme destaca ROSA (et. al, 2008) <sup>26</sup> em 10 de maio de 1994, no 3º Dia de Luta da População de Rua, a vereadora na época Aldaíza Sposati apresenta o projeto de lei número 207 – que visava a garantia de direitos sociais e de serviços à população em situação de rua ao presidente da Câmara vigente. Somente em 1995, após audiências públicas, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. Porém, em junho do mesmo ano, o direito da população foi negado através do veto do Prefeito da cidade neste período Paulo Maluf.

O veto do prefeito gerou insatisfação por parte de todos aqueles que estavam participando da luta. Por sua vez, a insatisfação não desmotivou a população que promoveu uma nova manifestação. (ROSA, 2008).

Toda a insatisfação com o veto gerou uma manifestação na Câmara Municipal em maio de 1996, no dia da Luta do Povo da Rua. Depois de dois anos de luta e manifestações, o veto do prefeito é derrubado e o projeto é sancionado e transformado na Lei nº. 12.316/97. (ROSA, 2008)

Mas para que a luta se desse por vencida, era preciso que a lei fosse regulamentada através do decreto do prefeito, o que não ocorreu.

---

<sup>25</sup> ONG: Organização não-Governamental.

<sup>26</sup> Jornal “O Trecheiro” nº 165. Maio de 2008.

Conforme apresenta ROSA (2008) o prefeito Celso Pitta, ao invés de regulamentar a Lei para que a Política de Acolhida e Atenção à População de Rua fosse implantada, autorizou o ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade da lei por ter sido originada no Legislativo. Ele argumentava que o Legislativo havia interferido em matéria privativa e desrespeitado a harmonia entre os poderes.

Insatisfeitos e revoltados com a atitude do prefeito de não reconhecer os anos de luta da população de rua, o Fórum das organizações e os próprios moradores solicitam a retirada da ação da inconstitucionalidade e a regulamentação da lei. Porém apenas em 1999, no Dia de luta da População de Rua, o prefeito selou o compromisso de retirar a ação. E em 26 de julho de 1999 foi publicada a decisão do tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de desistência e extinção da ação. (ROSA, 2008)

Após esta ação, o Fórum e a população, construíram uma proposta de regulamentação para que de fato, nossa cidade conseguisse proporcionar acolhida digna a população em situação de rua. E em 2001, que a lei foi regulamentada pelo decreto 40. 232. O decreto foi assinado pela prefeita vigente Marta Suplicy. Neste ano também aconteceu a “1ª Marcha Nacional do Povo da Rua”. Neste momento a população em situação de rua juntamente com os catadores ganhou visibilidade e mobilização. (ROSA, 2008).

Em 2002 o Dia de Luta do Povo da Rua foi comemorado na praça do metrô Braz com a reivindicação por trabalho e moradia. Em 2003 a reivindicação do Movimento do Povo da Rua foi pelo direito à saúde. Em 2004 a Reivindicação foi por trabalho e moradia onde mais de 500 pessoas em situação de rua participaram da ação onde foi entregue aos representantes das secretarias de habitação, assistência social e do trabalho cartas com as respectivas reivindicações. Em 2005 a manifestação foi em demonstração ao repúdio da “Operação Limpa” e o descaso do governo em relação ao massacre de pessoas em situação de rua ocorrido em 2004. A

manifestação de 2006 foi em prol da luta por moradias permanentes e contra a violência. Em 2007 o ato foi melhoria no atendimento á saúde, moradia, geração de trabalho e renda além de cultura e lazer.

E no ano atual, 2008, a reivindicação do Dia de Luta do Povo da Rua foi em relação à regulamentação da lei 12.316/97 e sua efetiva implantação. Segundo o editorial do jornal “O Trecheiro”(…) a rua não é lugar adequado para viver , mas que para isso aconteça, são necessárias políticas públicas que levem em conta a complexidade da vida nas ruas e suas diferentes necessidades”. (COSTA E ROSA, 2008)

Nesse contexto, a autora afirma que a regulamentação da lei da população de rua é o reconhecimento aos direitos do povo de rua e das organizações que lutaram e lutam pela dignidade deste segmento excluído, discriminado e marginalizado pela nossa sociedade. Neste sentido é importante destacar a participação das pessoas em situação de rua neste processo de luta para garantia de seus direitos como cidadãos, através das manifestações, dos fóruns de discussão e do exercício da cidadania.

## **2.2 A vida nas ruas, condição ou imposição?**

Como já foi discutido anteriormente, são diversos fatores levam as pessoas a ficar em situação de rua, significativas perdas de familiares - algumas ligadas a morte, perdas de emprego, auto-estima, abandono da família, dependência química, provocando desespero e solidão (ROSA, 2005).

Quem são os que moram nas ruas da cidade? Levantamentos institucionais, pesquisas, notícias de jornais e a simples observação cotidiana permitem evidenciar que a população em situação de rua está constituída, em sua maioria, por pessoas sós. A vida solitária nas ruas indica

a existência de algum distanciamento, ou até um rompimento com os vínculos familiares. O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidades nos vínculos familiares e comunitários. (SCOREL, 1998).

### **2.2.1 A questão do Trabalho nas ruas.**

Atualmente mudou o perfil da população em situação de rua, não são mais mendigos e sim trabalhadores desempregados causado pela precarização do trabalho, de tanto procurar emprego formal buscam uma nova alternativa de sobrevivência realizando atividades informais o que é uma alternativa difícil por serem serviços precários, onde muitos são de utilidades públicas. Também compõem esta população, pessoas recentes na cidade que não conseguem emprego e não tem onde ficar, se sentindo desvalorizadas. (ROSA, 2005)

Das pessoas em situação de rua de São Paulo, 74% realiza alguma atividade para auferir renda como ocorre na população de rua de outras cidades brasileiras. Estas atividades se desenvolvem basicamente no mercado informal, formando um grupo de 69% dos entrevistados. Apenas uma minoria de 5% desenvolve atividades no mercado formal com carteira assinada<sup>27</sup>.

A comparação entre grupos etários mostra que a idade interfere diretamente na proporção de albergados que trabalham com carteira

---

<sup>27</sup> Fonte: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

assinada, favorecendo os mais jovens. Entre os que têm até 30 anos, 14,0 são registrados.

Segundo as pesquisas realizadas em São Paulo pela FIPE e pela SMADS, entre as pessoas que desempenham alguma atividade, as mais freqüentes são aquelas que a própria rua propicia, como catação de materiais recicláveis. Dentre os albergados, 36% realizam esta atividade de forma permanente ou eventual. Constatou-se também que entre os albergados que nunca dormiram na rua a proporção dos que são catadores é bem menor. Entre estes, menos do que 20% catam materiais recicláveis, proporção bem menor do que entre os que já dormiram na rua, 42%. É possível que estas atividades passem a ser desempenhadas por aqueles que não conseguem emprego e passam a ficar mais tempo nas ruas. As atividades de catação guarda de carros, pedinte, são as mais freqüentes tanto nas cidades da pesquisa nacional como em Belo Horizonte e Porto Alegre.

Segundo a Pesquisa Nacional, nas cidades pesquisadas, a maioria dos entrevistados realiza atividades no setor informal.

**Tabela 3:** Distribuição em números comparativos da população em situação de rua, segundo ocupação profissional.

<b>Ocupação Profissional</b>	<b>%</b>
Catador de materiais recicláveis	27
Flanelinha	14,1
Construção civil	6,3
Limpeza	4,2
Carregador/estivador	3,1
Pedinte	15,7

Fonte: Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. Disponível em <http://blogdarua.blogspot.com>.

Com relação a tabela anterior, nas atividades desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua predominam as da área de construção civil, serviços de limpeza, serviços técnicos e de reparação. Em seguida aparecem as atividades ligadas à indústria e ao comércio. A maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa não é uma situação ocasional: 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada<sup>28</sup>.

Pode-se verificar, na população de rua, alguns elementos do processo de precarização ligados a processos econômicos e sociais, particularmente dessa década, em que trabalhadores vão se tornando “inúteis” e “descartáveis” no processo produtivo, sendo gradativamente alijados da possibilidade de trabalho. (ROSA, 2005, p.111).

Os dados referentes a escolaridade são apresentados de forma diferente nas diversas pesquisas, o que permite tecer apenas alguns comentários.

De um modo geral, a população de rua ou albergue tem pouca escolaridade. A maioria está no grupo com primeiro grau incompleto e não se tem a informação da série em que parou de estudar.

A escolaridade da população dos albergues de São Paulo em 2003 é mais elevada, em comparação com a pesquisa nacional. Se excluirmos os sem informação, os que nunca estudaram correspondem a 18% na pesquisa nacional enquanto em São Paulo correspondem a 7%.

Entre os que têm maior nível de escolaridade, ou seja, a partir do segundo grau completo, a pesquisa nacional identificou uma parcela de 5,5%; Porto Alegre encontrou 9,3% e São Paulo identificou 17,7% nos albergues, em 2003.

---

<sup>28</sup> Dados extraídos da Pesquisa Nacional.

As políticas e ações governamentais destinadas à população em situação de rua, devem levar em consideração o baixo nível de escolaridade dessa população, fator que dificulta a inserção no mercado de trabalho e a aquisição de conhecimentos e informações necessários à própria sobrevivência.

Desta forma, ROSA (2005) aponta que a reestruturação produtiva alija alguns trabalhadores, forçando-os a partir para outras formas de trabalho.

### **2.2.2 Motivos para viverem nas ruas**

Segundo as pesquisas realizadas em São Paulo de contagem de pessoas em situação de rua, foram mencionados como os principais motivos que os levaram a viver nas ruas/ albergue: o desemprego e falta de moradia. A grande maioria declarou que não tem emprego e quando consegue algum trabalho, não auferir rendimento suficiente para pagar a moradia. Em segundo lugar, mencionaram problemas familiares como separação, brigas, desestruturação da família em função da dependência química.

A pesquisa realizada pelo MDS revelou que a dependência química, desemprego, problemas com a família e perda de moradia, são os principais motivos de estar na rua/albergue. Porém o número de pessoas que citaram estes motivos correlacionados foi 71,3%, o que confirma o que ROSA (2005) aponta em sua pesquisa, que muitas pessoas vão para as ruas por motivos interrelacionados.

**Tabela 4:** Distribuição em números comparativos da população em situação de rua, segundo motivos para ir para as ruas

<b>Motivos para viverem nas ruas</b>	<b>%</b>
Dependência química	35,5
Desemprego	29,8
Fragilização/Ruptura dos vínculos familiares Itens acima correlacionados ou um em decorrência do outro	29,1
	71,3

Fonte: Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. Disponível em <http://blogdarua.blogspot.com>.

Quem está na rua ou é usuário de albergue carrega o peso do preconceito da sociedade. É visto como vagabundo, mendigo, inútil e não confiável por não ter endereço fixo e estar desempregado. Essas pessoas são consideradas suspeitas e não trabalhadores desempregados. A sociedade tem a idéia de que, quem está na rua não tem valor, reforçando uma identidade negativa, que adere a essas pessoas. (ROSA, 2005).

Conforme ROSA (2004), a família é uma referência fundamental para as classes trabalhadoras. A distância do indivíduo do grupo familiar altera suas relações e seus projetos, a perspectiva de se manter num trabalho aceitando condições extremamente precárias para garantir o sustento da família perde a razão de ser para o indivíduo isolado, facilitando a mudança de um trabalho para outro.

Segundo SCOREL (1998) e ROSA (2005) a saída de muitas pessoas de suas famílias está relacionada a desintegração por morte de algum membro, principalmente dos pais, o que pode ser uma estratégia para enfrentar a vulnerabilidade econômica ou até mesmo a desintegração da unidade familiar e conflitos por brigas, onde muitos são causados pela dependência química como álcool ou a drogas.

Segundo relato de Kenedy, um sujeito de pesquisa de ROSA (2005) explicita esta questão com a veracidade de alguém que viveu este processo:

[...] O crack tem uma depressão na parte do adulto. O cara chega do Norte, procura emprego, não encontra, cai no albergue, do albergue ele não gosta, faz amizade com aquele pessoal que bebe, cai na rua. Na rua ele não quer beber, que ele não gosta da bebida, procura emprego de novo, não consegue, aí ele vai fazer o quê? Para conseguir alguma coisa ele vai vender crack. (2005, p. 137)

Pela pesquisa que ROSA (2005) efetuou, concluiu-se que a maioria do número de pessoas que estão em situação de rua (entrevistadas) iniciou o uso do álcool antes de irem para as ruas.

O consumo do álcool pelos entrevistados traz um conceito que se relaciona a uma válvula de escape, uma forma de fugir de suas frustrações como: perdas, à solidão, à falta de emprego uma necessidade de esquecimento aos seus problemas para não lembrar.

“O uso da bebida, também é vivido como um malefício à saúde e mais do que isso responsável pela separação da companheira, do filho, afastamento da família e perda de vínculos familiares.” (ROSA, 2005, p. 161)

Também um lado significativo da rua é o processo de migração, diversos vindos de outras cidades brasileiras, por pressão pela falta de trabalho e uma expectativa de uma vida melhor para si e para sua família com o desejo de conseguir emprego.

Assim, de acordo com ROSA (2005), a população em situação de rua fica em isolamento social, alguns tentam o contato familiar com o desejo de retornar os vínculos afetivos, porém encontram dificuldades como a vergonha, fracasso e a humilhação.

### **2.2.3 Trabalho, renda e formação para o trabalho**

De acordo com ROSA et.al (2004), as pessoas acabam perdendo sua autonomia devido ao desemprego e também por questões relacionadas à história de vida, estado físico e mental.

A população de rua está cada vez mais fragilizada pela questão do desemprego estrutural e pela desqualificação profissional devido à desatualização no mercado de trabalho e também por questões como a dependência química e a fragilização e/ou ruptura dos vínculos familiares. ROSA (2005).

As análises sobre o processo de globalização no Brasil, que mostram as transformações no mundo do trabalho, têm como uma das expressões o crescimento da informalidade, do trabalho precário e da pobreza. Na década de 90 o Brasil passou por processos da reestruturação produtiva e da terceirização presentes na globalização acompanhadas pela diminuição do papel do Estado, o que afeta fortemente o mundo do trabalho, trazendo a questão do desemprego à sociedade. (ANTUNES, 2007, DE GRAZIA, 2007, SANTOS, 2007, IAMAMOTO, 2006, POCHMANN, 2006, ROSA, 2004)

Esta reflexão traz para discussão algumas questões relacionadas às políticas de geração de trabalho e renda como estratégia para enfrentamento do desemprego.

A exclusão social permeia a vida social da classe trabalhadora, pessoas estas que são submetidas à precarização trabalho, e esta incerteza mostra-se como um dado central que impacta o processo atual de formação e inserção no mundo do trabalho fazendo com que exista a necessidade de pensar, elaborar programas e projetos que capacitem, ofereça qualificação e a geração de renda em uma sociedade que o desemprego é crescente. (MAIA e CESAR, mimeo)

Pensando nas propostas implantadas por ONGs e pelo Estado para enfrentamento da situação de desemprego é possível identificar um número crescente de experiências de trabalho no campo de informalidade. Desta forma, são importantes estas iniciativas, pois estes projetos de capacitação profissional oferecem contribuições ao debate em torno dos novos modelos de intervenção baseados na reinclusão social na afirmação do desenvolvimento com cidadania, através do trabalho e da geração de renda. (MAIA e CESAR, mimeo)

Desta maneira, adotar um padrão de desenvolvimento de um projeto de capacitação é importante no sentido de valorizar as potencialidades dos usuários como parte das estratégias de enfrentamento da pobreza e dos seus problemas decorrentes. Esta reinclusão se expressa na valorização da criatividade dos sujeitos para reingressarem no plano econômico e no mundo do trabalho.

Entretanto, essa reinclusão se dá também na perspectiva do plano social, ou seja, através da sociabilidade que ultrapassa o rito da exclusão para a reinclusão. (MAIA e CESAR, mimeo, p. 2)

Situando a informalização como instrumento de articulação das propostas de enfrentamento à pobreza e as formas de exclusão social, esta focaliza a questão do trabalho através dos programas e projetos de formação e geração de trabalho e renda implementados por ONGs e pelo Estado a partir da década de 90. O primeiro plano nacional nesse sentido a ser considerado pelo governo na última década foi o “Plano Nacional de Formação Profissional”, que considera a formação profissional como elemento constitutivo de uma política de emprego no Brasil, atraindo o interesse de muitas áreas de atuação. (MAIA e CESAR, mimeo)

O desenvolvimento dessa proposta é uma importante difusão da idéia de que estas capacitações profissionais seriam uma estratégia de combate ao desemprego e da exclusão social. Em 2003, é instituído o Plano Nacional de Qualificação. O foco principal é compreensão das ambigüidades dessas políticas e intervenções em nível local, visto que o mesmo apresenta

soluções para o enfrentamento do desemprego e da pobreza. Segundo suas diretrizes, a qualificação profissional, no âmbito de cada demanda identificada no perfil da população, será o eixo articulador dos planos de implementação, visando ao atendimento de públicos específicos através de especificações que respondam às necessidades do mercado informal. (BRASIL. MTE. Plano Nacional de Qualificação: 2003- 2007).

PAIVA (1998) e LEITE (1996) (apud ORLETTI, mimeo) consideram que a qualificação é a principal fonte de competência do mundo moderno. Pensando além do mercado de trabalho e além da indústria, existem consensos sobre o caráter da formação profissional exigida no mundo competitivo e moderno que vivemos atualmente. Habilidades e qualificações, como capacidade de abstração, de concentração, a capacidade de comunicação verbal, oral e visual, são cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho, forçando as pessoas a se enquadrarem neste modelo, ou serem excluídas do mercado, fazendo com que tenham que buscar alternativas no mercado de trabalho informal.

O bem pensar e o bem falar, em múltiplas linguagens, tornou-se condição para uma boa capacidade de comunicação. Algo que se fez tão central quanto a possibilidade de captar rapidamente as conexões entre o conhecimento, configuração de situações interativas e processos mercadológicos- o que supõe um tipo de formação intelectual que facilita a percepção do contexto no qual o conhecimento se aplica (PAIVA, 1998, p.123 apud ORLETTI, mimeo)

PAIVA (1998) considera que o mercado de trabalho terá grandes mudanças a partir preparação de atividades que demandam ainda conhecimentos específicos calcados nos conhecimentos mais gerais e formação ampla, capaz de permitir rápidas reconversões e reprofissionalizações ao longo da vida, ampliando as oportunidades, a democratização do ensino, com novos planos pedagógicos, que resultará em um ensino de qualidade.

MANFREDI (1999 apud ORLETTI, mimeo) considera que as noções de competências profissionais possuem conotações que visam a

subalternidade dos trabalhadores, nos contextos de reestruturação do capital e do trabalho. E questiona até que ponto a noção de competência resignifica a noção tecnicista de qualificação ou simplesmente constitui uma reatualização.

Contudo, a autora supracitada alerta que a ampliação e a substituição da qualificação pela competência, traz consigo uma fluidez aos códigos sociais preexistentes que demarcavam as relações entre saber e especialização profissional no tocante a cargos, carreira e salários, aumentando assim, a possibilidade de adoção, por parte dos empregadores, de mecanismos de definição do enquadramento no mercado formal de trabalho. Neste sentido, noção de competência incorpora-se com pressupostos de flexibilização de direitos, uma vez que gera procedimentos de normatização para as atividades de trabalho.

Em outras palavras, assume-se que o conceito de qualificação não se reduz à dimensão técnico-científica, mas também possui conotações sociais e político-ideológicas, que passam a ser explicitamente valoradas pelo capital, pois é parte constitutiva de um processo de reengenharia cultural, que nas palavras de CORREIA (1998), pretende remodelar o imaginário político-ideológico dos trabalhadores, visando desconstruir os laços de solidariedade e combatividade de classe e impondo um outro modelo centrado no individualismo, no conformismo, na adesão consentida, no estranhamento de ações coletivas e organizadas por entidades de classe. Esse aspecto nos remete à outra questão crucial, qual seja a de desvelar as conotações valorativas e simbólicas presentes na noção de competência (expressas pela sua ambivalência) percebendo-a como inscrita num campo simbólico de disputa ideológica entre capital e trabalho. (MANFREDI, 1999 p. 16, apud ORLETTI, mimeo)

A partir destas discussões, podemos tratar de definir competência profissional como habilidade para produzir mudanças, adquirir conhecimento com o máximo de aproveitamento dos fatores envolvidos, pensando também em um desempenho profissional qualificado, embora, segundo MANFREDI (1999), não há um modelo de competência.

E de acordo com estas discussões e com ROSA (2005) a população em situação de rua forma um perfil de trabalhadores heterogêneo alijado no

mercado de trabalho formal, eles exercem funções profissionais instáveis e de baixa remuneração, não possui residência fixa, vivendo em diversas moradias pensões, albergues e ruas da cidade.

Ocorreu um crescimento acentuado do número de convênios e de vagas de albergues da rede municipal da cidade, nos últimos dez anos. Porém é preocupante a maneira que essas instituições atendem essa população. Muitos que estão nas ruas não desejam ficar em albergues, os motivos são diversos, pois no albergue existe diversas regras a serem cumpridas, eles acabam se sentindo que estão em uma penitenciária, com horários para jantar, para a dormir, além do tratamento dos funcionários não ser um dos melhores.

Neste sentido a perspectiva de autonomia fica aliada a um processo de crescentes exclusões; do momento em que o usuário entra no albergue, durante sua permanência e sua saída, que por muitas vezes é compulsória e não porque ele adquiriu um local permanente para viver.

No âmbito da Assistência Social o desenvolvimento de autonomia pressupõe ações profissionais e sociais para que se desenvolvam capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo e a conquista da independência pessoal.

Trata-se de romper o paradigma da subalternidade que identificam cidadãos com estereótipos (de pobres, mendigos, carentes) e não os reconhece como sujeitos de direitos. (YASBECK, 1993)

A conquista da autonomia pressupõe romper com a tutela, o assistencialismo, os estereótipos e estigmas considerando o cidadão não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços.

O direito à proteção social precisa ter processualidade e deve ter uma dinâmica dos próprios serviços e projetos sócio-assistenciais, para que haja

condições concretas à autonomia e acesso a oportunidades, capacitações, convívio, socialização e respeito aos projetos de vida de cada cidadão.

Desta forma, há que se pensar em medidas que respondam a essa diversidade de problemas já identificados na população em situação de rua, por meio de serviços especialmente voltados para o atendimento integral destas diversas demandas e com agentes e profissionais capacitados e preparados para essa finalidade.

É necessário ainda lembrar que a ida desta população para rua é fruto de um processo social de exclusão, que precisa ser combatido nas suas causas de maneira preventiva, ou não será possível evitar o crescimento desta situação.

### **2.3 O Instituto Lygia Jardim**

O Instituto Lygia Jardim e o Projeto SASECOP foram escolhidos para a realização deste trabalho, por se tratarem recursos do Estado<sup>29</sup> e juntamente da sociedade civil com finalidade trabalhar com a população adulta, acima de 18 anos, que utiliza espaços públicos, como ruas e albergues para sobreviver.

O Instituto teve seu início com o Albergue Noturno Lygia Jardim, fundado em 1978. A mantenedora do albergue neste período era o “Centro Espírita Discípulos de Jesus”, mantido por colaboração de voluntários e doações, sem ajuda do Estado. Desde então o Instituto vem desenvolvendo projetos com a missão de contribuir para a construção de uma rede de relações e de trabalhos, visando promover o resgate dos direitos sociais e

---

<sup>29</sup> Convênio com a Prefeitura de São Paulo.

de uma vida digna da população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Durante a trajetória do instituto, foram abertas quatro casas, tanto masculinas quanto femininas; a casa denominada de número 1 abrigava sessenta homens de todas as idades. A casa 2 abrigava mulheres juntamente com seus filhos com a capacidade para 40. A casa 3 acolhia 20 homens em situação de pré e pós - operatório. A casa 4 abrigava até 15 gestantes em situação de rua.

Desde o início dos trabalhos realizados no Instituto Lygia Jardim, as casas denominadas de 3 e 4 foram fechadas pela Instituição não possuir espaço físico para atender a demanda.

O primeiro Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo começou em 1985 e, através do tempo, sempre foram renovados até a data atual (2008). O convênio sempre foi feito somente com a Casa 1 e 2, no tocante ao atendimento à população em situação de rua.

O Albergue Lygia Jardim, por meio do acompanhamento social realizado individualmente oferece por um período pré - determinado de 3 meses os seguintes serviços: higiene, alimentação, guarda de pertences, lavagem e passagem de roupas e repouso. Posteriormente, é feito o encaminhamento ao Serviço Social, que dará as orientações necessárias em relação à regularização de documentos, fotografia, atendimento médico e psicológico e acompanhamento social, sempre visando à reintegração social e profissional dos usuários.

“Este atendimento diferenciado é a marca que nos distingue, no próprio depoimento dos usuários. Entendemos que precisamos concentrar nosso trabalho acima de tudo nos moradores.” (Currículo editado SASECOP, 2008)

Segundo SPOSATI (1997), a política de acolhida vai além do ato de hospedar, de promover serviços de recuperação, reabilitação e retorno à habitação normal. Ou seja, não se trata apenas da substituição da moradia,

mas de fornecer condições para que estas pessoas, não fiquem mais na situação de ausência de referência, endereço e abrigo.

No Albergue, também é realizado o atendimento de pernoite, que são os usuários não fixos. No total, são destinadas a este atendimento 125 vagas totalizando 45.000 por ano.

A reintegração profissional que é um dos pilares do atendimento do Instituto Lygia Jardim. Ela acontece através do Projeto SASECOP<sup>30</sup>

O Instituto Lygia Jardim juntamente com o projeto SASECOP não apenas proporciona moradia provisória e atendimento às necessidades imediatas da população em situação de rua, como fornece por meio das atividades desenvolvidas, condições para a saída das ruas e a reconstrução de um projeto de vida pessoal, sendo uma alternativa e uma referência de atendimento sócio educativo para a cidade de São Paulo.

## **2.4 O projeto SASECOP**

No ano de 1999 o Instituto Lygia Jardim elaborou o Projeto SASECOP que visa profissionalizar pessoas em situação de rua com cursos de acordo com a demanda do mercado que melhor atendam às necessidades dos alunos, pessoas em situação de rua, pessoas da comunidade e egressos do sistema prisional.

Desenvolvido e implantado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo e inaugurado em 1999, o SASECOP tem como missão oferecer formação técnica qualificada, preparando e capacitando pessoas em situação de

---

<sup>30</sup> SASECOP - Serviço de Apoio Sócio Educativo de Capacitação e Orientação Profissional. Sobre o Projeto SASECOP trataremos no próximo tópico.

vulnerabilidade social para que efetivamente tenham oportunidades mais dignas de reintegração na sociedade.

O SASECOP foi pioneiro no oferecimento de capacitação profissional para a população em situação de rua no Brasil, tornando – se referência de atendimento em outros países.

Até o momento foram formadas: 41 turmas da construção civil, 22 turmas de assistente de cabeleireiro, 15 de manicure, 2 de copeiro hospitalar, 2 de artesanato. Ao longo desses 9 anos, mesmo que esses cursos tenham sido encerrados, foram formadas também: 4 turmas de costura, 2 de unhas decoradas, 2 de panificação, 10 turmas de arte educação, 19 turmas de reforço escolar em português e matemática.

Pelo trabalho desenvolvido o Projeto SASECOP já recebeu diversos títulos e certificados. Os cursos oferecidos no Projeto SASECOP no momento são: Artesanato, Assistente de Cabeleireiro, Copeira Hospitalar, Eletricista Instalador Predial, Manicure, Pedreiro e Assentador de Pisos, Pintura Imobiliária e Decorativa, Curso de Formação Pessoal, Cursos Complementares (Opcionais) de Informática Básica e Técnicas de Vendas. Todos os cursos são certificados pelo SENAI (exceto o de manicure, e assistente de cabeleireiro).

Até janeiro de 2008 o SASECOP teve mais de 3500 alunos inscritos em seus cursos profissionalizantes.

Desta forma o trabalho desenvolvido pelo referido projeto têm sido considerado como via inovadora de incorporação produtiva a muitas pessoas em situação de vulnerabilidade e em situação de rua. Por outro lado, o debate sobre tais iniciativas aponta críticas, pois o tipo de inclusão social gerada é de trabalho informal. Isto porque, por um lado, essas organizações de trabalho atuam como motivação na busca de uma nova atividade inclusiva, por outro lado, se caracterizam como ocupações

marcadas pela precarização e pela destituição dos direitos trabalhistas vigentes.



### **III capítulo**

#### **A vida nas ruas e suas estratégias: análise de dados da pesquisa de campo**

*A população presente nas ruas de São Paulo faz parte do conjunto de trabalhadores desatendidos em seus direitos sociais mínimos, e que sem emprego e sem moradia, se encontram no limite da sobrevivência e dignidade humana.*

*Luiza Erundina de Souza*

### **3.1.1 A vida nas ruas e suas estratégias: análise de dados da pesquisa de campo**

A condição em que vivem as pessoas em situação de rua foi o que nos levou a indagar sobre: quem são estas pessoas? Como chegam às ruas? Quais são suas necessidades? Que meios utilizam para sobreviver? Como são considerados nas relações que os mantêm em busca da inserção no trabalho, para construir novas relações, para a própria sobrevivência? Quais são seus sonhos e perspectivas?

A condição de pesquisadoras nos possibilitou interagir na dinâmica dos entrevistados: suas histórias, sonhos, frustrações e suas esperanças. Sem um lar, sem trabalho e afastados das famílias, e muitas vezes em situação de dependência química, as pessoas em situação de rua chegam ao limite da pobreza, passando a ser alvos de todo tipo de preconceitos.

Neste capítulo, por meio das entrevistas colhidas em nossa pesquisa, buscamos recuperar as trajetórias sociais e o trabalho das pessoas em situação de rua. Buscamos dar voz a estes sujeitos, dada a condição de exclusão social que sofrem.

Nossa pesquisa define-se metodologicamente como qualitativa. Esse critério foi escolhido no sentido de conhecer esta população, que está em idade economicamente ativa, e vai se constituindo com dificuldades dos vínculos empregatícios.

Outros meios de interagir com esta população também foram utilizados, para maior aprofundamento do conhecimento das questões acerca dessas pessoas:

- O estágio curricular de uma pesquisadora<sup>31</sup>, que contribuiu muito para a decisão de estudar sobre este tema.
- O estudo desta população no estágio de uma das pesquisadoras<sup>32</sup>, no sentido de conhecer este público e desenvolver políticas públicas para estas pessoas no município de Diadema.
- A coleta de dados sobre esta população, enfim com livros, pesquisas de diversas áreas de estudo.
- Assistimos no teatro “Diário de um carroceiro” que é o retrato do cotidiano de um catador em situação de rua. Este roteiro foi escrito por um catador e apresenta a dura realidade sofrida por estes trabalhadores. A discussão trazida em cena é a solidão de quem vive nas ruas, mesmo cercado de pessoas, seu andar continua solitário; ninguém “o vê”, e mais do que o peso da carroça, é o peso de sua história marcada por perdas, angústias e humilhações. Por ser um texto escrito por um catador, apresenta manifestações e reivindicações na melhoria e qualidade de vida e pedindo condições dignas e igualitárias de trabalho.
- Conhecemos a instituição Assistencial e núcleo de serviços ABECAL – Associação Beneficente Caminho da Luz, a fim de conhecer e seu trabalho.
- Visitamos o Projeto SASECOP, afim conhecer seu trabalho de definir nosso público alvo para a pesquisa.
- Visitamos a Biblioteca “Nadir Gouveia Kfoury” na PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - para buscar outras

---

<sup>31</sup> Rosemeire Lopes de Almeida.

<sup>32</sup> Juliana Carvalho da Cunha

pesquisas acadêmicas como teses de mestrado e doutorado para contribuir com o nosso trabalho.

- Visitamos a biblioteca da SMADS – CECOAS - Centro do Conhecimento da Assistência Social, a fim de colher documentos para contribuir com a monografia.
- Uma das pesquisadoras<sup>33</sup> participou de uma reunião de gestores dos programas de atenção a população em situação de rua dos sete municípios do Grande ABC, tendo a oportunidade de conhecer outras formas de gerir este atendimento e também suas características.
- Participamos do seminário de capacitação para os profissionais do Município de Diadema, cujo tema foi esta problemática, com a palestrante Cleisa Maffei Moreno Rosa, promovido pelo IEE – PUC – Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Participamos de uma reunião do Consórcio do Grande ABC, onde foi tratada a problemática da população em situação de rua do ABC Paulista, em que um dos convidados foi uma militante do MNPR – Movimento Nacional de População em situação de rua, que contou a história do movimento e também as características desta população na referida região.
- Conversamos com os profissionais que atuam com esta população no referido projeto, os quais deram base e maior significado a nossa pesquisa.

Nesta pesquisa foi muito importante a sensibilidade da escuta e observação no sentido de compreender e observar os entrevistados. Os

---

<sup>33</sup> Juliana Carvalho da Cunha

instrumentos foram aplicados a cinco homens em situação de rua, que foram atendidos pelo Projeto SASECOP, sendo que buscamos escolher todos de albergues diferenciados e realizamos uma entrevista com a orientadora pedagógica, que é formada em Pedagogia, do referido projeto.

Nos relatos, encontramos com a heterogeneidade que compõem este segmento, no que diz respeito à história de vida, aos motivos da chegada às ruas, às formas de sobrevivência e à visão de mundo.

Antes da realização das entrevistas, visitamos o campo de pesquisa para conversarmos com as coordenadoras do Projeto SASECOP para contarmos um pouco sobre nosso trabalho. Após a escolha dos critérios da pesquisa, com a ajuda das coordenadoras, convidamos algumas pessoas para participar das entrevistas.

Neste momento encontramos algumas dificuldades para encontrá-los, pois como o período de estadia nas instituições é limitado (normalmente noventa dias), os dados fornecidos pelas coordenadoras do Projeto SASECOP referentes ao endereço dos alunos formados não estavam atualizados.

A pesquisa foi aplicada em pessoas em situação de rua que foram atendidas e que concluíram algum dos cursos ministrados pelo Projeto SASECOP. Composto uma amostragem de cinco pessoas que freqüentaram as oficinas de profissionalização e mais a entrevista de um profissional que esteve diretamente ligado a estas pessoas no processo de capacitação. Os critérios da seleção da amostragem foram escolhidos com base na idade, que foi indeterminada, pois muitas destas pessoas que têm condições e critérios para serem inclusas no BPC<sup>34</sup> ainda estão economicamente ativas, foi essencial também o conhecimento da história profissional dos entrevistados tanto quando sua escolaridade.

---

<sup>34</sup> Benefício de Prestação Continuada.

Quatro dos cinco entrevistados, pessoas em situação de rua, são atendidos em instituições na região central da cidade, onde se reflete os extremos da desigualdade social de São Paulo, pois lá se concentram os melhores grupos sócio econômicos e também a maior concentração de pessoas em situação de rua e trabalhadores em busca de novos postos de trabalho.

A seguir iniciaremos a análise dos dados colhidos em nossas entrevistas.

Aos sujeitos que concederam relatar suas histórias de vida firmamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garantindo a liberdade de desistirem de participar da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum para eles e os mesmos decidiram que poderíamos utilizar seus nomes verdadeiros em nossa pesquisa. Apenas uma pessoa não autorizou utilizarmos seu nome verdadeiro e desta forma escolhemos um nome fictício.

O primeiro entrevistado a contar sua história de vida, foi Washington, 31 anos, usuário do albergue “Arsenal da Esperança” e aluno do Projeto SASECOP. Por ter que ajudar no sustento de sua família, começou a trabalhar desde a infância, tendo desde esta fase as responsabilidades de adultos. Separado, nascido e criado em Salvador-BA, há dez anos veio para a cidade de Campinas, depois para São Paulo em busca de melhores condições de trabalho e vida. Neste período em que está em São Paulo foi casado, teve duas filhas com a primeira namorada e um com a segunda. Sempre trabalhou como auxiliar de limpeza, servente de pedreiro, pintura e cozinheiro. No momento está sem trabalho e fazendo curso de pintura do projeto. Perguntamos a ele se existe preconceito das pessoas em geral e segundo ele não, pois todos em São Paulo e em Campinas o tratavam bem durante o período em que ele esteve em albergues. Ele se demonstrou uma pessoa que verdadeiramente luta para estar sóbrio, *“um dia de cada vez...”*.

Segundo ele há um ano tenta se recuperar da dependência química, que diz ser o motivo pelo qual foi para as ruas.

Outra história relatada foi a de Santiago, 44 anos, usuário do albergue ABECAL<sup>35</sup>, nasceu e foi criado em São Paulo. Quando questionamos qual o motivo de ir para as ruas, ele nos informou com muita rapidez: “Á/cool”. E ainda, segundo ele, por conta de sua dependência química perdeu sua estabilidade no emprego e sua família. No projeto SASECOP ele fez o curso de elétrica.

A entrevista de Francisco Renato foi realizada no espaço do SASECOP em uma terça - feira ensolarada. No dia da entrevista, cheguei atrasada devido ao trânsito caótico de São Paulo. Ao contrário de mim, ele chegou pontualmente e ficou me esperando. Ele nasceu em Guarulhos – SP, quarenta e quatro anos. Para ele o processo que o levou a ficar em situação de rua foi relacionado ao rompimento com os vínculos familiares e a dependência química. Não explicou muito bem este processo, pois expor sua história a uma pessoa que ainda não conhece muito bem não é uma situação confortável. Ele está vivendo em albergues há dez anos e atualmente está em um hotel social, moradia provisória. Depois que concluímos a entrevista, fomos convidados para um lanche juntamente com os alunos do projeto SASECOP que estavam em período de aula e durante a conversa, comentei que precisaria ir ao refeitório comunitário “Pena Forte”, porém não sabia o endereço. Ele se disponibilizou a me acompanhar no caminho para o referido refeitório. No caminho, ele me disse que se envergonhava de entrar na fila de distribuição de comida, nos diversos locais de distribuição, mas como por muitas vezes não possuía dinheiro para comprar suas refeições, recorria aos serviços oferecidos nas diversas instituições do centro da cidade, até sabia maioria dos endereços. Atualmente realiza trabalhos informais de vendedor como principal fonte de rendimentos. Francisco concluiu em junho o curso de cabeleireiro.

---

<sup>35</sup> ABECAL – Associação Beneficente Caminho da Luz.

A entrevista de Joel Soares Copio foi realizada no Refeitório Comunitário “Pena Forte”. Ele se formou em Teologia e também fez curso técnico em Programação de Sistemas Eletrônicos. Segundo ele os motivos para sair de sua moradia foram surgindo devido a dívidas que o fizeram perder todos seus bens e se distanciar de sua família. Atualmente realiza atividades informais como fonte de rendimentos e concluiu o curso de elétrica no projeto.

Outro entrevistado foi José, 44 anos, estrangeiro não quis informar seu país de origem. Tivemos algumas dificuldades em conversar com ele, pois está em situação de ilegalidade no Brasil, sendo que este é um dos motivos por estar em situação de rua atualmente. Está no albergue do migrante, diz sofrer preconceito por esta situação, por possui ensino médio completo, tem contato com a família. Efetuou o curso de cabeleireiro no SASECOP por 3 meses apesar de achar mais interessante o de pedreiro e técnicos de vendas. Perguntamos o que o curso lhe proporcionou, e o mesmo nos respondeu: *“Conhecimentos além de capacidades para servir as outras pessoas”*.

Na medida em que realizamos as leituras das entrevistas, e de acordo com nossos objetivos, foram construídos nossos eixos de análise. Tais eixos foram fundamentais para elaboração do capítulo e para uma melhor compreensão da realidade pesquisada.

No primeiro tópico abordaremos a questão da ida para as ruas, quais suas razões e preconceitos que sofrem por estarem em situação de rua. No segundo tópico analisaremos a história profissional dos entrevistados. No terceiro item abordaremos a importância e o significado dos cursos do Projeto SASECOP, enfim o impacto que a capacitação profissional tem na vida das pessoas em situação de rua que utilizaram este serviço.

Cada narrativa expressa às diversidades de cada vivência, mas ao mesmo tempo, se assemelham ao expor as carências e dificuldades que enfrentam.

Ao primeiro eixo de análise desta pesquisa, foi dado o título de *As razões para ir para as ruas*. Neste item buscamos entender como os participantes foram construindo suas trajetórias vivendo nas ruas.

### **3.2 As razões para ir para as ruas**

De acordo com NASSER (2001) e WANDERLEY (apud ROSA, 2004), pudemos observar que a situação vivida por estas pessoas faz parte do resultado de um processo constituído por diversas perdas que geram inseguranças e incertezas afetando e fragilizando os vínculos sociais, familiares, comunitários, o trabalho e a condição de vida e de auto-estima. Desta forma “reconstitui assim, e agrava-se, a vulnerabilidade social das parcelas significativas de populações, que se defrontam com o cotidiano instável das ruas” (WANDERLEY apud ROSA, 2004, p. 12)

Nas entrevistas realizadas, encontramos a situação da dependência química com o uso de álcool e drogas como componentes do processo de viver nas ruas. Fator este que constitui como tentativa, talvez, de encontrar uma saída para esquecer as perdas, minimizar o sofrimento, como forma de sociabilização ou para disfarçar a vida de constante sofrimento.

Dentre os cinco entrevistados, quatro disseram que a causa principal da chegada às ruas foi a dependência química, uma pessoa citou o mesmo fator associado aos conflitos familiares e ao desemprego e o outro nos disse que foi a situação de imigração.

### 3.3 Ruptura com os vínculos familiares

De acordo com o segundo capítulo deste texto a ruptura dos vínculos familiares acontece de diversas formas e fatores: pela busca por trabalho e melhores condições de vida, muitas vezes para provê-la à sua família, perda drástica de familiares e por questões causadas pela dependência química. (ROSA, 2005).

No depoimento de Joel ficou evidenciada a relação entre a ruptura de vínculos familiares e a chegada às ruas. Em seu relato, devido às dívidas pelo trabalho autônomo separou - se de sua família e está em situação de rua desde então:

“Fiquei sem família devido a muitas dívidas, devendo até para o governo, abri uma empresa que não deu certo, adquiri imóveis, carro, apartamento e perdi tudo desde então comecei a beber, e a partir disto saí de casa” (JOEL)

De acordo com ROSA (2005) as pessoas que estão a pouco tempo na rua sentem vergonha dessa situação e acabam escondendo da família e os que mantêm contato por telefone, mentem para elas. Dizem que estão fazendo bicos e moram em quarto de pensão. Como de acordo com o relato de Washington.

Na verdade, minha família não sabe ao certo que estou lá no Arsenal (da Esperança), prefiro não falar... (WASHINGTON)

Neste sentido, observamos uma possível instabilidade de sua situação devido ao conflito familiar e às questões subjetivas do sujeito com relação aos seus sentimentos e dificuldade de lidar com eles.

### 3.4 A dependência química

No depoimento de Santiago, no que se refere à chegada às ruas, conta que era dedetizador casado e com filhos. Para ele o principal motivo foi a dependência química:

“Álcool. Perdi a estabilidade do emprego, da família, acabei virando morador de rua. Não que eu quisesse isso, mas em função de tudo isso...” (SANTIAGO).

Para Francisco Renato, a dependência química lhe trouxe tantas perdas que não falou a respeito desde processo em sua vida. Apenas citou esta frase em relação a sua ida para as ruas:

“Conflitos familiares, pessoais, distanciamento: a vida de risco que inclui algumas dependências” (FRANCISCO RENATO)

A questão da dependência, evidenciado nos relatos dos sujeitos da pesquisa, é algo que surge nos estudos de autoras que tratam sobre este assunto, como ROSA (2004) e NASSER (2001).

Em relação aos que chegam às ruas devido à dependência, NASSER (apud ROSA 2004) considera o lazer transformado em dependência, um fator determinante na vida dessas pessoas, discutindo:

“Quando o ato de beber se realiza no âmbito de tempos opostos e complementares aos do trabalho e da família, era possível considerá-lo como uma atividade de lazer que inseria esses homens no ‘pedaço’, bebendo em companhia de parentes, vizinhos ou colegas de trabalho, no próprio bairro onde moravam e/ou onde trabalhavam. Contudo, transformado em vício, o ato de beber passou a exercer em tempos e em espaços indiscriminados, prescindindo, portanto, de uma ‘rede de relações’ já estabelecida”. (NASSER apud ROSA, 2004, p.159).

ROSA (2005) em sua pesquisa revela que o número de pessoas que consumiam bebidas alcoólicas antes de chegar às ruas é maior dos que adquirem o hábito depois. A autora observa que há relação entre o abuso da bebida, o tempo vivido na rua e o tipo de moradia utilizado. Contudo, estar a

mais tempo na rua não leva necessariamente ao uso de bebida alcoólica e nem deve ser visto como variável condicionante.

Além disso, o álcool tem um significado importante para as pessoas em situação de rua, possivelmente como uma maneira de compartilhar da companhia com os outros que estão na mesma situação. A partir desse compartilhamento, o sujeito não está mais só e a sobrevivência na rua passa a ser coletiva e não mais particular sendo também considerado como uma “válvula de escape”.

Pelo conjunto de significados atribuídos ao consumo de álcool, verifica-se que os entrevistados trazem à tona uma conceituação genérica que relaciona o uso do álcool a *válvula de escape, fuga* ou um *jogo de faz - de - conta* por onde circulam desejos, frustrações, abrangendo inúmeras situações relativas a perdas, a solidão, a falta de emprego, a necessidade de esquecimento e anestesia dos problemas em geral e do sofrimento: *para não lembrar tanto*. (ROSA, 2005, p. 160. Grifos da autora)

Para Washington a dependência química foi um dos fatores que influenciaram sua ida para as ruas. Atualmente, luta diariamente para manter-se sóbrio, mas de acordo com as circunstâncias (de recaídas) ou os companheiros de rua teme a volta ao consumo de álcool e drogas.

Estes dias, um companheiro de rua estava com R\$ 5,00, eu falei para ele: ‘meu, guarda este dinheiro para você comer no fim de semana!’ Ele foi lá e gastou tudo com a cachaça! Ainda bem que eu não fui com ele, pois sabe como é que é né? Um dia de cada vez e tomar cuidado com as companhias. No dia seguinte ele me pediu dinheiro para tomar café, e eu disse que não, quem mandou gastar dinheiro com a bebida? (WASHINGTON)

Há diferentes formas de procurar manter a abstinência. Enfim, são diversas as possibilidades que podem justificar estes períodos e a intensidade do uso do álcool e drogas, todos relacionados ao fato de buscarem manter um trabalho e até mesmo para restabelecer-se para um encontro com a família.

É muito importante estar bem (se recuperando da dependência química) e com trabalho, pois quero muito estar com minhas filhas no Natal. (WASHINGTON).

Para ROSA (2005) o uso da bebida é intercalado com momentos de abstinência dependendo das conjunturas, dos acontecimentos e dos significados imputados ao início do consumo do álcool. Há diferença de periodicidade e intensidade com que utilizam a bebida.

A partir dos dados colhidos neste estudo, observamos que os momentos de abstinência podem estar relacionados com o encontro de trabalho, ou com a esperança de sair rapidamente da situação de rua, ou por tratamento de saúde. Enfim, são diversas as possibilidades que podem justificar os períodos de abstinência e de intensidade do uso do álcool e drogas.

### **3.5 O preconceito sofrido pela população em situação de rua**

O preconceito sofrido pelas pessoas em situação de rua as fazem ocultar sua atual condição. Segundo NASSER (2001) esta estigmatização é sofrida por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho e também por utilizarem os serviços de albergues, ou estarem sem moradia fixa “convencional” e são tratadas como “classes perigosas” (IAMAMOTO, 2005).

Observamos que as pessoas em situação de rua sofrem com o pré-julgamento feito por grande parte da sociedade. Conforme YAZBECK (2001) São discriminadas e estigmatizadas por serem vistas sem trabalho e, também, pela maneira de se vestirem e de se comportarem, e este sentimento é explicitado no relato de Santiago:

Existem formas e formas de discriminação. Então assim, se eu estiver alcoolizado, claro que ninguém vai me dar atenção, vai me discriminar de maneira mais racional. Se eu estiver habitualmente como todas as pessoas, bem vestido de maneira adequada todos os dias obviamente as pessoas não vão me ver como uma pessoa moradora de albergue apesar de não saber da minha condição. Mas se eu for procurar emprego, por exemplo, as pessoas vão pedir comprovante de residência, aí eu digo “posso te dar o endereço do albergue?” isso dá uma referência negativa e é uma forma de exclusão. Se eu der o endereço de lugar onde eu morava tenho um ponto positivo, é mais fácil, entre aspas, se eu não estiver alcoolizado e sujo com mau cheiro, não estando de maneira adequada para a sociedade. (SANTIAGO)

Esta fala de Santiago afirma o preconceito sofrido pelas pessoas em situação de rua, no momento que buscam emprego, pelo fato de residirem em albergue. Metade dos sujeitos entrevistados referiram - se a outros tipos de discriminação, ou seja, são julgados e segregados pela sociedade.

De acordo com os entrevistados existe a humilhação quando são confundidos com maloqueiros, mendigos e vagabundos “com os que já se entregaram desistiram de lutar e trabalhar” (ROSA 2005, p. 122)

Washington relata que quem é albergado sofre discriminação e, apesar de saber disso, não omite sua situação para os companheiros de rua mas o faz para a família. Também revela que o mercado de trabalho os discrimina de forma sutil deixando claro que eles não servem para o sistema. Renata orientadora pedagógica do projeto SASECOP explicita bem esta situação:

Pela minha experiência algumas pessoas têm potencial, mas não vão para o mercado. Hoje uma construtora nos procurou para enviarmos algumas pessoas com formação de pintores para seleção. Eram vagas para trabalho formal com carteira assinada, benefícios e contrato pelo menos para um ano. Mas as empresas limitam algumas coisas como, por exemplo, determinam idade “entre 25 e 35 anos...”, poxa, nosso público tem em media 40 anos! Segunda coisa, precisa ter registro em carteira, mas estas pessoas não possuem, em sua maioria, registro, principalmente na área do curso, eles ainda estão se profissionalizando. Como que podemos fazer? Outra coisa que eles (empresa) exigem: ter o “nome limpo”, mas estas pessoas na maioria não o têm, principalmente os egressos (do sistema prisional). (RENATA)

De acordo com WANDERLEY (2004) desde o século XIX o preconceito é acentuado e as pessoas em situação de rua sofrem suas conseqüências. Com isso, são consideradas perigosas pela sociedade e também, são descartadas pelo mercado de trabalho.

De acordo com os relatos e o referencial teórico utilizado, torna-se possível perceber que o preconceito direcionado às classes mais vulnerabilizadas da sociedade vão de encontro com o modo de pensar da sociedade capitalista. Conforme ROSA (2004), as pessoas em situação de rua não possuem uma situação econômica definida e desenvolvem formas próprias de sobrevivência.

### **3.6 Histórico profissional dos entrevistados**

Os estudos realizados por ROSA (2005), entre as décadas de 70 e 90, constataram que trajetórias individuais e sociais de pessoas em situação de rua tem relação com processos econômicos e sociais ligados ao trabalho e à família.

Entre os anos 70 e 80 no Brasil ocorreu a migração de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida através do trabalho.

Na década de 90, a política econômica vigente, o avanço tecnológico e as mudanças no processo de trabalho, culminaram na precarização do trabalho. Como conseqüência ocorreu a diminuição do número de trabalhadores do mercado formal, “introduzindo alterações do processo produtivo” (ROSA, 2005, p. 30). Tal processo associado à fragilidade dos vínculos familiares e dependência química, segundo a autora, levou muitos

desses trabalhadores a utilizarem a rua como espaço de moradia e sobrevivência, como última alternativa de vida.

As pessoas em situação de rua sobrevivem, em larga medida, através de trabalhos informais e precarizados. É um processo que de acordo com ROSA (2005) torna-se mais difícil à proporção que aumenta o tempo de rua.

As entrevistas realizadas nessa pesquisa confirmam as considerações da autora supracitada. As atividades de trabalho desenvolvidas variam, sendo a maioria informal, mal remunerada e instável, dificultando a realização imediata de suas perspectivas. Segundo Santiago, sua profissão era dedetizador, com o vínculo empregatício formal e atualmente realiza pequenos trabalhos informais.

Como eu estou fazendo a convivência do albergue, faço serviços para a ABECAL, entre outras coisas, às vezes faço serviços de manutenção, ajudante geral. Pinto porta, arrumo algumas coisas quando tem. Já trabalhei na frente de trabalho da Prefeitura e atualmente entrego panfleto, faço serviços de ajudante de pedreiro. (SANTIAGO)

Francisco Renato diz que o trabalho informal sempre esteve presente em sua história profissional.

Sempre trabalhei com varejo em supermercados, vendas e trabalho como promotor. Atualmente trabalho como vendedor de seguimentos como enciclopédias, perfumes e planos de saúde. (FRANCISCO RENATO)

Para Joel, seu histórico profissional era vinculado a área administrativa, porém não tinha afinidade com este trabalho.

Eu sempre trabalhei em parte administrativa, em escritório, trabalhei como boy, em estatística, faturamento, mas eu não evoluía nessa parte, e depois que eu casei tive necessidade de mudar: fiz eletrônica, entrei na escola federal de Curitiba e vim para São Paulo completar o curso, eu era técnico de máquina gráfica. Trabalhei em duas empresas durante muitos anos, e abri depois após uma empresa para mim neste mesmo ramo que durou somente dois anos onde depois quebrou como acontece com muitas empresas. (JOEL)

A dificuldade das pessoas em situação de rua em ascender profissionalmente, relatada por ROSA (2005), ocorre devido à intensa alternância das atividades profissionais, a dependência química e a fragilidade e/ou ruptura dos vínculos familiares, fazendo com que vivam numa constante instabilidade financeira e pessoal.

Eu trabalhei dez anos como corretor plantonista e fui dispensado, vindo para São Paulo como feirante autônomo, caseiro de uma fazenda e depois passei a fazer bicos. (SILVIO)

Observamos que para os sujeitos de nossa pesquisa, a informalidade apresenta uma possibilidade de sobrevivência e de saída das ruas. Por outro lado, estão submetidos à precariedade, às inseguranças da renda instável e à ausência de direitos trabalhistas.

Nesse sentido, a perda e a falta de trabalho e o trabalho precarizado são também elementos importantes para a chegada das pessoas à rua, fatores associados à dependência química, conflitos familiares entre outros.

### **3.7 Caminhos para chegar ao Projeto SASECOP**

De acordo com a orientadora pedagógica do Projeto SASECOP, este é voltado para as pessoas em situação de rua que tenham interesse em profissionalizar-se e que principalmente vinculam-se ao curso.

No começo nós pegávamos somente pessoas em situação de albergue ou de rua mesmo. Aí nós percebemos que as pessoas que estão na rua mesmo não conseguiam concluir o curso, pois eles não estão no momento deles. Eles estão no momento de fortalecer a auto-estima para ir para um albergue e lá fazer um trabalho de fortalecimento para assim se profissionalizar. Com o tempo nós fomos modificando o trabalho. Abrimos vagas para a comunidade, pessoal de cortiços, egressos do sistema prisional, que são encaminhados pela Secretaria de Administração Penitenciária e as pessoas em situação de rua encaminhadas pelas assistentes sociais dos albergues. As pessoas em situação de rua mesmo têm dificuldades de concluir o curso. Vir para lanchar, na verdade não é a nossa finalidade. Eles faltam, por exemplo, para lavar suas roupas e outras vezes porque dormiram longe daqui. (RENATA)

Conforme os relatos dos sujeitos da pesquisa, cinco dos seis entrevistados foram encaminhados para fazer o curso no SASECOP através da Instituição a qual estavam sendo atendidos.

Conheci através do ABECAL, a Roberta (Assistente social do ABECAL) me encaminhou. (SANTIAGO)

Para um entrevistado o encontro com a instituição aconteceu pelo próprio interesse.

Conheci através do SEFRAS no mural de lá, daí procurei saber como funcionava. (FRANCISCO RENATO)

Para todos os sujeitos de pesquisa, fazer o curso na referida instituição foi um processo muito prazeroso, pois o atendimento, o tratamento e desenvolvimento, segundo eles são muito respeitosos, o que demonstra que os sentidos da formação e/ou educação técnico-profissional vai além dos projetos pedagógicos, mas sim utilizar dentro deles as experiências dos usuários, construí-lo a partir de sua ótica e adequá-lo para melhor atendê-los, com respeito e mostrando uma nova perspectiva de vida e de futuro.

### **3.8 A importância e significado dos cursos para os entrevistados**

De acordo com ROSA (2004), apesar dos estigmas e o preconceito sofrido por parte das pessoas em situação de rua, elas recorrem às instituições para suprirem suas necessidades básicas de alimentação, repouso, higiene e guarda de pertences. De acordo com ROSA (2004), GIORGETTI (2006) e o relato dos entrevistados, é possível perceber que a

rejeição pelo albergue vai além da questão institucional, mas também a discriminação e a grande burocracia dos mesmos.

Para as pessoas em situação de rua, este estigma acontece desde o momento em que entram no albergue e núcleo de serviços para a alimentação até o da entrada do mesmo para o pernoite. Por isso, todos os sujeitos da pesquisa afirmam que o tratamento dado pelos profissionais do projeto SASECOP é muito bom, que todos se sentiram muito respeitados.

A importância do projeto SASECOP na vida dessas pessoas emerge como possibilidade de conseguir vislumbrar um projeto de vida, já que o fato de profissionalizar-se se apresenta como uma saída do universo da rua a oportunidade de sonhar e pensar no futuro.

Os relatos encontrados nesta pesquisa vão ao encontro das considerações de NASSER (2001), quando diz que, apesar dos usuários de albergue saberem que têm problemas com o trabalho, família, dependência química, eles reconhecem a manifestação da questão social, mas querem ocultar que são vítimas dela e insistem em dizer que estão no albergue de passagem, até resolverem o problema com a falta de emprego ou documentação. Para IAMAMOTO (2004) este momento é um desafio, pois é necessário ter coragem para resistir e superar uma situação.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2004, pg.17).

A escolha de concluir a análise com os sonhos e perspectivas dos sujeitos entrevistados, foi a forma de expressar que apesar de toda privação, negação, carências e estigmatização vivida por eles, ainda cultivam a esperança de concretizar seus sonhos e perspectivas.

No conjunto dos relatos coletados, o trabalho apresenta-se como fundamental para a realização de suas perspectivas e como caminho para melhores condições de vida.

Pudemos observar o brilho nos olhos de alguns deles, ao expor seus planos e a perseverança em lutar por uma vida melhor. Segundo IAMAMOTO (2004) os homens necessitam suprir suas necessidades vitais e buscam através do trabalho responder a tais necessidades. Neste sentido, se refere ao trabalho como “atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material”. (IAMAMOTO, 2004, p. 26). Além da reprodução material, o trabalho, para a autora, é um meio de estabelecer relações sociais não somente entre pessoas, mas entre os grupos e as categorias sociais, envolvendo o poder, luta e confronto entre as mesmas.

Quatro dos cinco entrevistados informaram seus sonhos, todos relacionados ao trabalho autônomo, segundo José o que é mais importante é ser tratado com dignidade.

Meu sonho é ser um bom trabalhador, respeitado que os demais gostem de mim e ter a oportunidade de seguir em paz.  
(JOSE)

Um entrevistado, Joel, nos disse que devido a sua idade achava difícil projetar algo para o futuro.

Eu estou sem família, e não sei o que um homem de 63 anos tem ainda como projeto, só se a sorte bater na minha porta, mas ainda vou me virar. (JOEL)

Quatro dos cinco os entrevistados afirmaram que o curso foi muito importante, pois através dele conseguiram profissionalizar-se em um ofício desejado e a partir dele vislumbrar um futuro.

Para YASBECK (1996) a necessidade de ascensão releva uma visão sobre a subalternidade, onde este desejo demonstra a “consciência de exploração e a esperança de crescimento realizado” (YASBECK, 1996, p. 110)

Desta forma, a qualificação profissional tem que ser entendida como construção social, uma política pública de qualificação, que se afirme como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, devendo ser norteada pela concepção crítica do que é a precarização do trabalho e a proteção social



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito conhecer as questões acerca da população em situação de rua, no que se refere às razões para utilizar a rua como espaço de viver, o preconceito sofrido, seu histórico profissional e se o processo de capacitação profissional de alguma forma interveio em suas vidas e qual sua efetividade.

As entrevistas foram muito importantes, pois o contato com eles enriqueceu ainda mais esta pesquisa, já que o contato com os livros não explicitam o real, o olhar e a fala dos sujeitos pesquisados.

O aumento das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo e o grande número no Brasil refletem a questão social provocada pelas políticas neoliberais e pela reestruturação do capital. Verificamos também que muitas destas pessoas perderam o vínculo empregatício devido a este movimento da sociedade globalizada e também à transformação do mundo do trabalho. No entanto, devemos considerar os outros aspectos como a fragilização e/ou ruptura dos vínculos familiares e a dependência química.

Percebemos que os programas e os projetos de capacitação profissional atendem às necessidades imediatas de sobrevivência de trabalhadores sem emprego, buscando criar condições para sua integração ao mundo do trabalho.

Nosso estudo conseguiu comprovar que os usuários que concluíram o curso das oficinas de profissionalização conseguem de alguma forma trabalho relacionado ao curso realizado, conquistando condições de sobrevivência, autonomia e auto-estima.

Mas é importante considerar que essas propostas, que têm caráter provisório de alívio à situação de pobreza e quando não acompanhadas de outras medidas estruturais, tornam-se permanentes sem alterar os

processos sociais que produzem a situação de pobreza. Portanto confirmamos nossa hipótese em parte, pois os cursos oferecidos pelo projeto SASECOP não inserem as pessoas em situação de rua no mercado de trabalho formal, porém abre muitas oportunidades na informalidade.

Desta maneira, apoiadas no ideário da empregabilidade informal, as oficinas de capacitação do projeto SASECOP são tidas como formas de reinserir os usuários nesse mercado do trabalho autônomo. Estes projetos de capacitação profissional apresentam-se como estratégia de enfrentamento do desemprego.

Para alcançar a solução para enfrentamento da pobreza e saída das ruas por meio do trabalho para a população em situação de rua, infelizmente, estas oficinas se mantêm em atividades de sobrevivência e pouco atendem às novas demandas do mercado de trabalho. São ações de caráter pontual e desta forma se opõem às políticas sociais universais.

Um ponto importante se refere à participação dos usuários no processo de aprendizado, já que é a partir de suas experiências de trabalho e sua opinião que os cursos são melhorados ano a ano, mas sempre com a influência da empregabilidade informal.

Assim, precisamos buscar alternativas que superem o imediatismo, o caráter emergencial destas iniciativas de inclusão social retomando o princípio da proteção social, no qual as condições de vida e trabalho dos usuários passem a ser vistas como um problema público, de modo a reafirmar a universalização e a integração desses programas de combate à pobreza com outras esferas da seguridade social.

A perspectiva do trabalho do assistente social com esta população deve percorrer o caminho do fortalecimento da autonomia, no desenvolvimento da cidadania, pois segundo FALEIROS (2008), este posicionamento “implica o poder viver para si o controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências (...). (FALEIROS, 2008, p. 63).

A autonomia neste sentido é tida como a capacidade de se reproduzir na historicidade das mediações da sociedade, combinando a própria identidade com a recusa do controle e da alienação. (ENRIQUEZ, 1994, apud FALEIROS, 2008).

E é por isso que, segundo nossa análise, os cursos do projeto SASECOP têm efetividade para os participantes, pois é naquele espaço que eles são protagonistas de suas próprias histórias e a explicitam nas diversas atividades que realizam.

Nós assistentes sociais, devemos exercitar o processo de fortalecimento da autonomia da auto-estima nos usuários que atendemos em nosso cotidiano profissional, pois são suas decisões sobre o futuro que terão significado. Lembramos que a intervenção profissional não tem “receita pronta” e desta forma segundo FALEIROS (2008) exige a capacidade teórica, analítica e propositiva, onde devemos propor alternativas com e para os sujeitos. Desta maneira intervimos seguindo o nosso Código de Ética, nos empenhando para a eliminação de todas as formas de preconceito, defendendo os direitos humanos e trabalhando pela ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos sociais com o compromisso profissional sempre visando à qualidade dos serviços prestados.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

BALERA, Wagner. **A seguridade Social na Constituição de 1988**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI Ivanete. **Política Social: fundamentos e história** - 2<sup>o</sup> ed.-São Paulo: Cortez, 2007. -(Biblioteca básica de Serviço Social); vol. 2.

\_\_\_\_\_, **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, **Principais abordagens teóricas da Política Social e da Cidadania. Política Social – Módulo 03**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD - UnB, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional de Qualificação: 2003- 2007**. Brasília: Documentos MTE: Departamento de Qualificação, 2004

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 10.ed. São Paulo, Brasiliense, 2004.

CASTEL, Robert. As Armadilhas da Exclusão. In: BOGUS, L; YAZBEK, M.C.; WANDERLEY, M.B (ORG.). **Desigualdade e Questão Social** 2.ed. São Paulo, Educ, 2004.

DE GRAZIA, Giuseppina. **Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão**. São Paulo: 1<sup>a</sup> ed. Xamã, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 8<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAIA, Luana Vianna dos Santos, CESAR, Tatiane da Fonseca. **Projetos de geração de trabalho e renda, uma inserção Informal no mercado, sobre possibilidades de inclusão social**. Mimeo.

FAUSTO, Boris. **Historia do Brasil**. São Paulo: EDUSP; 1998.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo.** Rio de Janeiro, Record, 2001.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** 1ª ed. São Paulo, Fapesp, Educ, 2006.

GOUNET, Thomas, “**O toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista**”. Revista Debate Sindical Nº10 Abril 1992.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 21ª Ed. Rio de Janeiro: LTC. 1986.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO de Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. 16.ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CEALTS, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** O Trabalho Profissional na Contemporaneidade. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

MAIA, Luana Vianna dos Santos, CESAR, Tatiane da Fonseca. **Projetos de geração de trabalho e renda, uma inserção Informal no mercado, sobre possibilidades de inclusão social.** Mimeo.

MANFREDI, Silvia Maria e BASTOS, Solange. **Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros.** Mimeo.

MARTINS Sergio Pinto, **Direito da Seguridade Social custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, Assistência Social, Saúde.**14ªEd./SP:Atlas 2000 .

MOTA, Ana Elizabete. **Principais abordagens teóricas da Política Social e da Cidadania. Políticas Sociais Setoriais e por segmentos – Módulo 3.6 Trabalho** Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD - UnB, 2000.

ORLETTI, Elisabeth. **Novos desafios para a qualificação profissional.**

Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN5%20EOrletti.htm>.

Acesso em 23-10-08.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** 2a Ed. São Paulo, Cortez 2000.

POCHMANN, Marcio. **Rumos da política do trabalho no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2006.

ROSA, Cleisa M.M.; VIEIRA, Maria A.C.; BEZERRA, E.M.R. **População de Rua. Quem é, como vive e como é vista**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vidas de Rua**. 1. ed. São Paulo, Hucitec /Rede Rua, 2005.

\_\_\_\_\_. **Seminário de Capacitação, População em Situação de Rua**. Palestra realizada em Diadema – SP. Junho/2008.

SANTOS, Milton. **O Brasil da globalização**. Mimeo.

SCOREL, Sara. **Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social**. Tese de doutorado em Sociologia. 1998. Disponível. <http://blogdarua.blogspot.com>.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego. Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Política de Assistência Social e direitos sociais**. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, Caderno do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1997.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Saúde Pública. **Guia de Apresentação de teses**. 2 ed. São Paulo, A Biblioteca, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita, **Classes Subalternas e assistência social**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1996.

**Política Nacional de Assistência Social - PNAS, 2004**

Serviço Social em Revista / publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez. 1998) – Londrina : Ed. UEL, 1998-

#### **Sites:**

[http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-1612003008700002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-1612003008700002&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso 3-05-2008 12h 14

[www.sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/ricardo%20antunes.pdf](http://www.sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/ricardo%20antunes.pdf) acesso 03-05-2008 12h 40

Blog da Rua <http://blogdarua.blogspot.com>. Acesso 12/04/2008, 19h 35

[http://www.ateus.net/livros\\_gratis/manifesto\\_comunista.htm](http://www.ateus.net/livros_gratis/manifesto_comunista.htm). Acesso em 25/07/2007, 14h 29

[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf\\_release/15resumo\\_desigualdaderenda.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf_release/15resumo_desigualdaderenda.pdf)

### **Periódicos**

São Paulo Protege-População em Situação de Rua. Decreto nº 40.232 de 02/01/01 anexo II, p. 26, 27,28

Diretrizes básicas para elaboração da monografia da Universidade de Santo Amaro – Unisa. São Paulo, 2008.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social, 9ª Região - Gestão 2002 - 2005. Lei n. 8.742, de 7 dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social: Legislação Brasileira de Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do Assistente Social. 1 ed. São Paulo, O Conselho, 2006.



## **Anexo I**

### **Instrumental de Pesquisa**

- Nome, idade;
- Cidade onde nasceu;
- Escolaridade;
- Tem contato com a família;
- Processo que o levou a utilizar a rua como moradia;
- Como foi ficar nessa situação;
- Tempo de Albergue;
- Sofre alguma Discriminação por viver nas ruas;
- Conte sobre sua história profissional;
- Situação atual em relação ao trabalho;
- Tem algum tipo de renda;
- Como conheceu os cursos do SASECOP;
- Há quanto tempo que frequenta os cursos do SASECOP;
- Qual curso do SASECOP faz;
- Alguma vez já iniciou o curso e não deu continuidade;
- Os cursos oferecidos atendem as expectativas;
- Qual o significado que atribui ao curso/ qual sua visão sobre o curso;

- Depois que efetuou o curso, você conseguiu trabalho relacionado com ele;
- O que o curso já lhe proporcionou;
- Quais as dificuldades e limites;
- Aponte o que foi bom;
- Aponte o que não foi bom;
- Você tem algum sonho, algum projeto para o futuro;

## **Anexo II**

### **Universidade de Santo Amaro Curso de Serviço Social**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – **“O impacto da capacitação profissional e do trabalho sócio educativo para a população em situação de rua”** -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

**NOME DA PESQUISA:** “O IMPACTO DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DO TRABALHO SÓCIO EDUCATIVO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA”.

**PESQUISADORAS RESPONSÁVEIS:** Elisabete Tomé de Almeida, Juliana Carvalho da Cunha e Rosemeire Lopes de Almeida.

**TELEFONE:** 7273-7314 (Juliana)

**PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:** se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre “O impacto da capacitação profissional e do trabalho sócio educativo para a população em situação de rua” com entrevista gravada em aparelho

“MP4” com objetivo final da pesquisa para a monografia para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social das pesquisadoras supracitadas.

**CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** garantia de sigilo que assegure a privacidade do participante quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e a garantia de que poderá existir a desistência da participação da pesquisa sem prejuízo nenhum para o participante ou para a pesquisa.

São Paulo, de de 2008.

**Assinatura das Pesquisadoras Responsáveis:**

**Universidade de Santo Amaro  
Curso de Serviço Social**

## **CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelas pesquisadoras – **Elisabete Tomé de Almeida, Juliana Carvalho da Cunha e Rosemeire Lopes de Almeida** - dos procedimentos que serão utilizados e confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

São Paulo, de de 2008.

**NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL** (menor de 21 anos):

\_\_\_\_\_

(Nome por extenso)

---

(Assinatura)

**ANEXO III**  
**FOTOS DO PROJETO SASECOP**







